



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: ÉRIKA HILTON

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/04/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Na qualidade de Presidente da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública desta Comissão no ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios Online, Auditórios Virtuais.

Diante do agravamento do quadro da pandemia da covid-19 no Município de São Paulo, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo expediu o Ato 1.504 que suspende a realização de eventos presenciais nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo. Por este motivo esta audiência pública ocorrerá de forma exclusivamente virtual. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no endereço do site da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 26 de março.

É com muita alegria que recebemos vocês aqui na Comissão de Direitos Humanos para tratar desse tema tão pertinente e tão desesperador nos últimos dias, em que temos vistos o crescimento do número de famílias e de pessoas vivendo com fome no nosso país e na nossa cidade.

É muito triste receber inúmeros pedidos, ler relatos, ver o noticiário e ver que o nosso povo tem padecido pela ausência de políticas públicas eficazes e pelas respostas que o poder público ter dado, mas ainda não deu. Então eu faço minhas as palavras do Vereador Eduardo Suplicy, que é uma alegria recebê-los aqui para que, coletivamente, discutamos esse tema e, junto com a Comissão de Direitos Humanos, busquemos respostas para esse cenário tão catastrófico, tão triste e que assola em sua grande maioria a população negra, periférica da cidade de São Paulo.

Teremos muitos convidados, teremos a representante do poder público, que estarão ouvindo o que os nossos convidados vão dizer, para buscarmos a construção de políticas que minimizem esse que é o tema da fome.

Quero passar a palavra ao Vereador Eduardo Suplicy para que faça suas considerações na abertura da nossa audiência. Vereador, a palavra é sua.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Querida Erika Kokay, quero primeiro dar as boas-vindas a você porque eu, depois de quatro anos presidindo a Comissão de Direitos Humanos, fico muito honrado com a sugestão que você me fez. Que bom que você chegou com tanto ânimo e já se dispondo a ser a presidente da Comissão de Direitos Humanos. E me convidou para ser o vice e eu, com maior prazer, estou aqui na vice-presidência.

Acho importantíssimo ouvir, hoje, os responsáveis pela Comissão que procura assegurar a boa alimentação das pessoas. Estamos vendo em São Paulo o agravamento do desemprego, do número de pessoas em situação de rua. Há um esforço de um lado, nós estamos com o auxílio emergencial de volta e a Prefeitura também, a Câmara Municipal aprovou a Renda Básica Emergencial, ainda que ambas desta vez sejam mais modestas, especialmente o auxílio emergencial, que passou para menos da metade dos 600 reais que havia para pelo menos duas pessoas na família, ou duas pessoas na família até mil e duzentos reais, e agora diminuiu significativamente.

Mas é importante que nós, da Câmara Municipal, com a Prefeitura e diversos órgãos responsáveis pela alimentação, pela nutrição, possamos garantir que pessoas que não estejam passando fome na cidade de São Paulo. Este é o objetivo principal da nossa reunião de hoje.

Volto a palavra para a Presidente Erika para a condução dos trabalhos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós agradecemos, Suplicy.

Passo a palavra ao nobre Vereador Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar o nobre Vereador e eterno Senador Eduardo Suplicy, parabenizá-lo pela iniciativa do requerimento. Cumprimento todos os presentes, todos os participantes.

Um tema de extrema relevância faz parte da nossa Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Infelizmente nós temos um desgoverno federal que não enxerga essa problemática. O Brasil hoje conta com 19 milhões de pessoas passando fome. Infelizmente o

nosso país vem se aproximando do mapa da fome mundial.

Estamos enfrentando um momento pandêmico e lamentavelmente encontram-se em curso os efeitos nefastos da pandemia, que transbordam a área da saúde. Nós temos um número crescente de desempregados no nosso país, mais de 14 milhões de pessoas, temos um aumento da desigualdade social, e a cada dia esse distanciamento salta aos olhos. Faltam oportunidades para o nosso povo, principalmente para o nosso povo periférico, preto e pobre, o chamado PPP, que não parceria público-privada. Todos que caminhamos nas vielas, nos escadões sabemos da dificuldade da nossa população.

Apesar de eu também ser novato como vereador da cidade de São Paulo, tenho imenso orgulho de participar da Comissão de Direitos Humanos. Sempre foi um sonho. Como já falei, e me emocionei, na instalação desta comissão, Presidente, também sou filho de nordestinos, de uma favela, filho de um barraco de tábuas em cima de um córrego.

Nós temos na cidade de São Paulo, lamentavelmente, um problema muito sério de saneamento básico. Sabemos que a cada um real investido em saneamento básico nós temos quatro reais de economia na saúde pública. Então todos esses temas são importantes. Infelizmente a população em situação de rua aumenta a cada dia. Neste momento pandêmico essa situação vem se agravando.

Quero sugerir a V.Exa., Presidente, como condutora desta comissão, que nós aproximemos esta comissão cada vez mais de vários setores. Nós temos, sim, de elaborar políticas públicas de segurança alimentar, mas temos a força de dialogar com os empresários, com os movimentos sociais, com todos os militantes que se preocupam com essa causa, que é a fome da nossa população.

Quero novamente parabenizar o nosso eterno Senador Eduardo Suplicy, um militante que durante toda a sua vida política se preocupou com os menos favorecidos. E me coloco à disposição como um soldado nessas trincheiras em busca de alimentos para a nossa população.

Muito obrigado, Presidente. Peço desculpas porque tenho de me ausentar para

outros compromissos nas nossas periferias.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Vereador Sidney Cruz, nós agradecemos a presença de V.Exa., e sugestão mais do que aceita. O compromisso desta comissão é estar atrelada, aberta e ouvindo sempre as demandas dos movimentos, da sociedade civil e é dessa forma que nós, coletivamente, iremos trabalhar e conduzir os trabalhos desta comissão, Vereador. Então, quanto a isso o senhor pode ter certeza de que será desta maneira que esta presidência irá conduzir os trabalhos desta comissão.

Antes de passar à sociedade civil, quero cumprimentar a Secretária de Direitos Humanos, Ana Claudia, que está presente. Muito obrigada, Secretária.

Dando continuidade à audiência pública, começo chamando o Padre Júlio Lancellotti. Está presente, Mônica? Padre Júlio?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Não, Vereadora, ainda não.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada. Então vamos passar para a Luciana Itikawa, organizadora e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da USP. Bom dia, Luciana. A palavra é sua.

A SRA. LUCIANA ITIKAWA – Bom dia a todas, a todos, a “todes”. É uma honra muito grande estar aqui ao lado de pessoas que eu admiro muito, o nosso querido Vereador Suplicy e, sobretudo, a nossa queridíssima Erika Hilton, por quem eu tenho uma admiração infinita pela sua conquista neste espaço. Parabéns por essa conquista.

Queria dizer que, apesar de ter me colocado aqui como pesquisadora, que sou, eu sou uma militante e ativista há muito tempo, há 20 anos, junto aos movimentos dos trabalhadores informais, das mulheres trabalhadoras informais, que trabalham no domicílio, em casa, sobretudo os ambulantes.

Eu fui indicada pelo movimento. Ontem inclusive teve uma audiência pública sobre os ambulantes nesta Casa, na Comissão de Saúde, e eu diria que em quase toda a audiência pública eles falaram sobre a questão da fome, porque eles foram impedidos de trabalhar e não têm como gerar renda, por isso eles não conseguem comprar alimento para se sustentar.

Ontem, de fato, não vou repetir, não tenho lugar de fala do que significa ter fome, passar fome, como o trabalhador ambulante, mas eu queria colocar...

Tem uma obra aqui perto, peço desculpas, não sei se está interferindo muito, me falem. Eu pedi para interromper a obra, mas se quiserem passar para depois, caso interfira muito, por favor me falem.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós estamos ouvindo a obra, mas também estamos conseguindo te ouvir. Pode continuar sim, Luciana.

A SRA. LUCIANA ITIKAWA - Então eu vou passar alguns pontos. Eu tenho cinco pontos que eu gostaria de comentar sobre a questão da fome, no segmento dos trabalhadores informais, sobretudo os trabalhadores ambulantes.

A primeira coisa sobre o comércio ambulante que, de fato, acontece nos espaços públicos e, por isso, como questão de saúde foi impedida de operar. Por outro lado, o que é um problema, ela pode ser vista também de outra forma, ou seja, como parte da logística de distribuição dos alimentos, de maneira cooperativa que possa articular a cadeia de valor de produção de alimentos entre trabalhadores, através da economia solidária. Assim sendo, ele deixa de ser um problema e passa a ser uma solução, quando, de fato, a gente se der conta e conseguir retornar aos trabalhos de forma segura.

Aqui tem representantes dos Conselhos da Agricultura Urbana, da Segurança Alimentar, daí é importante dizer que não se trata somente da segurança alimentar, mas estamos falando de um modelo que é explorador da mão de obra. Vemos que a distribuição dos alimentos é feita explorando o trabalhador via Rapp, iFood, UberEats, onde ele é precarizado.

Os trabalhadores ambulantes e informais podem atuar na logística de distribuição, na possibilidade de comercialização por meio de cooperativas, onde a gente entenda que a questão da segurança alimentar possa ser compreendida do ponto de vista acessível economicamente ao cidadão, ou seja, o lucro desse sistema capitalista de distribuição de alimentos deixa majoritariamente esses grandes grupos varejistas e de distribuição, como o

Rapp e iFood, passa a ser mais acessível economicamente.

Passa também a ter capilaridade, porque se fosse pactuado, ele poderia distribuir de forma organizada com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras nesse processo, como eles podem contribuir com abastecimento de alimentos da Cidade.

Ele também precisa ser entendido do ponto de vista do que realmente suficiente como alimento. Quanto às hortas urbanas, é preciso entender que o zoneamento, o uso do solo e a revisão do Plano Diretor que temos para este ano, possa destinar espaços ociosos. Alguns deles já são utilizados pelos próprios movimentos de agricultura urbana, para que, de fato, essa alimentação, essa nutrição, dos povos mais vulneráveis, sejam efetivamente suficientes.

Ontem uma ambulante me disse que está comendo só duas batatas doce, por dia. Disse que não conseguia comer proteína nem arroz e feijão.

Como o projeto que liga os pontos, que foi premiado com o melhor Projeto de Agricultura Urbana do mundo, ainda não consegue providenciar alimentação suficiente para a população mais vulnerável.

Sei que a Vereadora Erika Hilton estava na aula da Professora Raquel Rolnik, eu também estava.

As Vereadoras e Vereadores que vão acompanhar a revisão do Plano Diretor possa possibilitar que a produção do alimento seja próxima ao cidadão. Não longe, lá na periferia.

O projeto é belíssimo em Parelheiros, na zona Sul, mas nós temos uma rede riquíssima na zona Leste, na zona Sul, também espalhados na zona Norte e Oeste, em menor número. Mas é importante que essa proximidade e disponibilidade do alimento possa, a partir dos trabalhadores informais, eles serem agentes ativos dessa cadeia de valor solidária, cooperativa, onde a produção do alimento que é feita pelo trabalhador possa ser distribuída e comercializada e consumida por ele.

Também é importante dizer, com isso termino a minha fala, que todos os fóruns de segurança alimentar vão dizer muito melhor do que eu, o quanto é importante a agricultura

familiar e a agricultura por meio de cooperativas para adequação da nutrição das famílias.

Porque o que nós temos – claro que para sustentar tem de ter arroz e feijão, uma proteína etc., alimentos que a cesta básica providencia -, mas é errada a ideia de distribuir cartões com crédito para as pessoas comprarem, porque se está matando a cadeia da agricultura familiar.

A agricultura familiar vai providenciar um alimento orgânico, fibra, uma série de alimentos nutricionalmente mais ricos, que não são apenas complementares, mas que eles, de fato, vão propiciar uma qualidade da alimentação.

Por que estou dizendo isso? Porque se fosse visto como um problema, dizendo que o ambulante é criminoso porque está na rua. Não. Ele é a solução, quando observado do ponto de vista de uma rede de trabalhadores, com o protagonismo desses trabalhadores.

Por último, quero dizer que essa questão da segurança alimentar tem a ver com uma diversidade alimentar. Como nós empobrecemos a questão alimentar, os trabalhadores informais ao invés de serem vistos como uma insegurança urbana, mas eles serão parte da resistência urbana. Uma parte da resistência da cultura e práticas alimentares dos povos quilombolas, indígenas e, sobretudo das hortas medicinais. Quem nunca tomou um chazinho da vovó, colhido na horta de casa, que curou e nos acolheu.

Se tiver tempo posso apresentar os exemplos de Gana, na África e Ahmedabad, na Índia. Faço parte de uma organização de mulheres trabalhadoras informais, da organização internacional.

A SRA MÔNICA NASCIMENTO NADER – Desculpe, Luciana, acho que é preciso reduzir um pouco o tempo de fala para todos poderem falar. Desculpe interromper.

A SRA. LUCIANA ITIKAWA - Eu terminei minha fala. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Luciana. Desculpe ter de controlar o tempo, senão não conseguiremos. Ficaríamos (Falha na transmissão) ouvindo a manhã inteira ouvindo as suas contribuições que são bastante importantes, assim como sobre o desafio que teremos na discussão do Plano Diretor, neste ano, para que ele não atenda só

aos interesses das especulações imobiliárias, trazendo para a cidade de São Paulo ainda mais desigualdade, menos terras e espaços para a agricultura familiar que é tão importante. Está atrelado a tudo o que você trouxe.

Muitíssimo obrigada, Luciana.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente Erika Hilton, perdão que eu troquei o seu sobrenome. Desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Vereador, fique tranquilo, não há do que se desculpar.

Continuando, quero passar agora a palavra para a Valquíria Cândido, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – Comitê da cidade de São Paulo. Seja muito bem-vinda Valquíria.

A SRA. VALQUÍRIA CÂNDIDO – Bom dia. É um prazer estar aqui na reunião. Fico até sem jeito de falar.

Quero passar o recado...

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Valquíria, desculpe interromper. O barulho do fundo está interferindo na sua fala. Não estamos conseguindo te ouvir direito.

A SRA. VALQUÍRIA CÂNDIDO – Vou pedir para parar. Só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Vou passar para a próxima convidada. Depois volto com você.

Enquanto a Valquíria vai ajustando... Realmente, essa coisa do remoto é muito difícil. A gente tem de lidar com uma série de outras coisas ao nosso redor.

Quero chamar a Thaís La Rosa, do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC. Thaís está aqui?

A SRA. THAÍS LA ROSA - Estou aqui Erika.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito bem-vinda, Thaís. Muito obrigada. Bom dia.

A SRA. THAÍS LA ROSA - Bom dia a todos e todas. Meu nome é Thaís La Rosa,

sou diretora executiva do CDHIC – Centro dos Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante. Nós integramos a rede de promoção ao trabalho decente, junto ao CAMI, Repórter Brasil e SEFRAS.

Eu gostaria primeiramente de agradecer à Presidenta Erika Hilton pela iniciativa de pautar um tema tão importante e urgente, que requer respostas imediatas por parte do Poder Público e da sociedade.

Também agradeço o convite feito por meio do mandato do Vereador Eduardo Suplicy, pela sensibilidade de incluir a questão migratória nesse debate.

Acompanhamos ainda atônitos e atônitas o desenrolar de uma crise que considerávamos liquidada até a bem pouco tempo.

Pela primeira vez, em 17 anos, mais da metade da população está em risco de segurança alimentar. Hoje, no Brasil, são 116 milhões de pessoas que não têm a certeza sobre ter comida suficiente em casa para suprir suas necessidades alimentares básicas.

A fome é sempre uma catástrofe, seu retorno ao cotidiano de milhões de pessoas não pode ser considerado senão uma gigantesca derrota para todos e todas nós.

É importante frisar que, quando falamos dessa questão, frequentemente invisibilizamos o impacto desse mal sobre a população migrante que reside aqui, no Brasil. Via de regra, as manchetes que noticiam o tema dizem que milhões de brasileiros estão passando fome no Brasil, o que escamoteia o fato de que grande parte da população migrante residente no País também tem sofrido os impactos da precarização econômica e da insegurança alimentar e que esse impacto é consideravelmente maior sobre migrantes, negros, indígenas e mulheres.

Durante a pandemia, por exemplo, não foram poucos os relatos de que os milhões de máscaras de pano demandadas como forma de proteção contra o contágio pelo coronavírus eram produzidas em oficinas onde migrantes eram sistematicamente explorados, recebendo, às vezes, 10 centavos por uma máscara, que seria posteriormente vendida por 10 reais – ou seja, 1% do preço final de venda. Esses migrantes trabalhavam cerca de 14 horas por dia para

ganhar 780 reais – menos do que um salário-mínimo –, diante de um contexto em que o pacote de cinco quilos de arroz chegou, em determinado momento, a custar 40 reais e os itens da cesta básica tiveram aumento médio de quase 25%.

É possível imaginar a dificuldade que essas pessoas tiveram e têm para acessar o que é básico para sobreviver. Hoje, a cesta básica de São Paulo, a mais cara do País, corresponde a mais da metade do salário-mínimo, chegando a custar 654 reais, segundo o DIEESE, mais do que o valor antigo do auxílio. O acesso a políticas sociais também é mais difícil para migrantes e o caso do auxílio emergencial é emblemático. Para solicitar o auxílio, migrantes precisavam possuir um CPF, o que já excluía todos aqueles e aquelas indocumentados e considerados irregulares. Além disso, o auxílio, quando acessado, foi frequentemente insuficiente para garantir o mínimo a essas pessoas – 600 reais é, hoje, o preço do aluguel de um quarto e sala em um dos bairros do chamado “fundão” da zona Leste, como Guaianases, cujos preços são consideravelmente menores do que no restante da Cidade.

Diante de um novo auxílio de valor máximo de 375, sabemos que a situação periclitante em que alguns migrantes têm vivido se aprofundará. Dessa forma, precisamos colocar os migrantes no Mapa da Fome do Brasil. Isso é urgente. Eu clamo, aqui, para que os migrantes sejam incluídos no Mapa da Fome, de maneira a poder endereçar os problemas específicos vividos por essa população. É preciso não só garantir a regularização migratória, mas também assegurar que essa população possa acessar políticas de garantia de segurança alimentar, mesmo quando irregulares ou indocumentados.

Em outras palavras, não devemos garantir alimentação apenas a quem possui documentos. Nós, do CDHIC, propomos, inclusive, a instalação de uma subcomissão de migração nesta Comissão de Direitos Humanos, como forma de garantir que as demandas da população migrante estejam sob permanente escrutínio dos Parlamentares desta Casa, garantindo, também, a criação de um canal de diálogo duradouro e direto entre Vereadores e migrantes residentes nesta Cidade.

Muito obrigada. Era isso o que eu tinha para contribuir, hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Sra. Thaís. Com certeza, conte com esta comissão, para que possamos fazer esse debate e nos aprofundar nisso. Peço que, por gentileza, nos procure, depois, para que possamos nos reunir e falar sobre esse tema, que, para nós, é muito importante, também.

Aqui, havia que a Sra. Soledad Requena ia dividir a fala com a senhora. Não aconteceu, não é? Posso prosseguir?

A SRA. THAÍS LA ROSA – A Soledad não está aqui? Ela deveria dividir a fala. Ela é migrante e ia falar por três minutos sobre a situação das mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Sra. Soledad?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Eu acho que ela não aparece, aqui.

A SRA. THAÍS LA ROSA – Está bem. Eu vou verificar, Vereadora Erika Hilton, e, se possível, podemos voltar para ela, depois?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Sim, se der tempo, voltaremos.

A SRA. SOLEDAD REQUENA – Eu estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Está aí? Então, por favor, Sra. Soledad, faça uso da palavra por três minutos. Peço só que se atente ao tempo, por gentileza. Bom dia.

A SRA. SOLEDAD REQUENA – Está bem, querida. Bom dia. É muito rápido. Eu sou peruana. Meu nome é Soledad Requena. Eu venho representando o Centro da Mulher Imigrante e Refugiada, que atua em 13 bairros da periferia de São Paulo. Eu posso afirmar a vocês que eu sou conhecedora da realidade das mulheres imigrantes e refugiadas que moram na periferia de São Paulo e que são o setor mais vulnerável nesse contexto.

Então, eu quero pontuar duas coisas importantes. Primeiramente, é para reforçar a ideia de que se tem de reconhecer que hoje o rosto da migração é feminino. O rosto da mulher imigrante é forte nestes tempos. Não é só a questão da presença feminina que nos últimos anos tem aumentado enormemente. Ainda não temos dados exatos, porque estávamos esperando o censo. Outra questão: este setor vulnerável também tem rosto de alguém que,

além de mulher, é pobre. Então, é importante pontuar estas questões.

Outra questão importante é que hoje vimos trabalhando e sentindo de perto, porque temos um trabalho com lideranças comunitárias migrantes. Elas vêm se manifestando e nós temos uma articulação, uma rede de comunicação impressionante. Em algum momento, teremos tempo de compartilhar. Então, elas vêm manifestando para nós que a situação que já era grave antes da pandemia, que já se estava sentindo o efeito da crise, porque a maior parte é de trabalhadoras informais ou, muitas vezes, de vítimas de trabalho análogo a escravo. Essa população já vem sentindo e, com a pandemia, isso se agravou.

Então, além de enfrentar o tema da pandemia, estamos enfrentando a fome. Já está batendo às portas de maneira dramática. De alguma maneira, há um apoio, com cesta básica, mas isso não está surtindo efeito e garantindo o acesso, na verdade, porque, dentro da ideia da segurança alimentar, o tema central é o acesso. Disponibilidade há. Você vê que, no supermercado, há fatura. O que não há é acesso econômico para comprar, porque grande parte das famílias já diminuiu, digamos, o trabalho. Não está havendo trabalho. Parou o trabalho. É um contexto bem difícil. Além de se pagar os custos de aluguel, além de se pagar os custos de manutenção de uma casa, não há trabalho.

O pouco que chega é bem-vindo, mas isso não está sendo coberto da maneira que gostaríamos, porque já está havendo fome. Estamos sentindo. As lideranças estão se comunicando, por meio das nossas redes, falando da gravidade do problema. Então, estamos falando um pouco dentro da ideia que a Thaís comentava. O tema da migração – especialmente, migração das mulheres e crianças – está extremamente dramático e eu quero dar minha voz.

Também quero falar que, atrás dessa população de migrantes, há uma forte carga cultural, muito rica, de que a população e vocês, como autoridades, precisam saber. Nós trazemos a cultura do trabalho coletivo. Nós trazemos a cultura do bem viver, que é uma proposta de valorizar o tema ambiental.

Não sei se ainda me falta um minuto, mas eu gostaria de agradecer muito a vocês,

em nome das mulheres, das 28 lideranças. Estamos distribuídas nos diferentes bairros e, em nome do Centro da Mulher Imigrante e Refugiada, em nome delas, gostaria de poder me manifestar e poder compartilhar ainda mais informações sobre esta situação.

Então, estamos nos organizando de maneira muito imediata, porque, como falava, há uma cultura de organização e de trabalho coletivo.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Sra. Soledad, peço para concluir.

A SRA. SOLEDAD REQUENA – Há toda uma cultura. Dentro do trabalho coletivo, na lógica do trabalho coletivo, estão inseridos os valores que trazemos: a solidariedade, o compartilhar e uma série de elementos. Então, é importante isso.

Quero novamente agradecer a vocês por esta fala e por poder ter voz, porque é algo importante. Nós, imigrantes, precisamos ter voz e vez. Então, agradeço muito à Vereadora Erika Hilton. Vimos acompanhando sua trajetória com muita admiração, com muito respeito. Agradeço ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, também. Aí estamos nós, os imigrantes, para dar nossa voz e nossa contribuição, para ver como enfrentamos a fome, porque não é que a fome, para os imigrantes, vai chegar. Já chegou. Certo? Querida, muito obrigada a vocês por este espaço e até breve!

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Sra. Soledad, pelo seu relato, muito triste de ouvir, e nós continuaremos esta conversa em outra ocasião, com certeza, para darmos encaminhamento.

Será que a Sra. Valquíria conseguiu voltar?

A SRA. VALQUÍRIA CÂNDIDO – Consegui, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Então, vamos lá. Eu vou passar a palavra para a Sra. Valquíria e, depois, quero pedir licença para poder passar a palavra para a Secretária de Direitos Humanos, porque ela precisará sair e eu acho que seria lamentável que nós não ouvíssemos a Secretaria nesta audiência. Então, após a Sra. Valquíria, eu peço licença para passar a palavra para a Secretária e, depois, voltamos aos convidados.

A palavra é sua, Sra. Valquíria.

A SRA. VALQUÍRIA CÂNDIDO – Retomando, quero agradecer. Eu fui convidada por meio do gabinete do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Eu estou nervosa. Então, eu vou tentar falar o que eu consigo.

Sobre os catadores, nós temos muitos catadores individuais na cidade de São Paulo e catadores que não têm parcerias com a Prefeitura, que precisam ser regularizados. Com esta pandemia, muitos catadores não conseguiram. São 16 cooperativas que estão fechadas por conta do decreto e, ok, essas cooperativas estão debaixo de um guarda-chuva. Então, elas têm algum apoio, mas há muitas cooperativas que não têm nenhum tipo de apoio e não estão conseguindo trabalhar.

A maioria, nas cooperativas, é de mulheres. O principal, também, é que nas cooperativas nós temos mulheres em idade avançada que não estão trabalhando, não conseguiram se aposentar e dependem da reciclagem para poder sobreviver.

Está aumentando muito essa questão da necessidade básica nas famílias. Eu moro no Grajaú. Sou bem da periferia e eu vejo de perto o quanto a necessidade está batendo às portas, principalmente das mulheres que têm muitos filhos e os criam sozinhas.

Por um lado, nós temos o trabalho dos catadores que não é remunerado - deveria ser contratado – e, do outro lado, temos as concessionárias que fazem o trabalho da coleta seletiva e que ganham milhões para isso. Então por que não contratar as cooperativas para poder aumentar os trabalhos dos catadores, regularizar os catadores? São os catadores que cuidam da cidade de São Paulo. Infelizmente, a visão que se tem dos catadores é equivocada. Os catadores são profissionais há anos. Há milhões de anos eles cuidam da cidade, fazem a coleta seletiva, antes mesmo dessa coleta seletiva ser oficializada. Antigamente as cooperativas recebiam nas bases toda a coleta seletiva misturada. De 2015 para cá é que aconteceu a coleta seletiva mais organizada.

Eu poderia falar muito tempo sobre os catadores, coleta seletiva, mas acredito que não vou conseguir falar tudo aqui. Eu gostaria que tivesse um olhar aí para os catadores da cidade de São Paulo, porque a única renda que eles têm é da reciclagem e quem ganha

dinheiro com a reciclagem não são os catadores e sim as grandes empresas, são pessoas muito maiores. Os catadores sobrevivem da reciclagem. Eles vendem o almoço para comer a janta. Os catadores são parte da solução dos problemas e gerando renda, eles conseguem combater a fome.

Acho que é isso, Presidente Erika. Gostaria de agradecer a palavra - estou muito nervosa - agradecer ao Vereador Eduardo Suplicy. Podem contar comigo. Gostaria, também, de poder de contar com todos para fortalecermos a luta dos catadores.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) - Muito obrigada, Valquíria. Não fique nervosa, esse espaço é seu. Todo o nosso respeito e a nossa profunda admiração aos catadores, às catadores da cidade de São Paulo. O nosso muito obrigada ao trabalho que vocês realizam na nossa cidade. Esperamos que esta comissão também consiga aproximá-los de nós, para que possamos desenvolver trabalhos que valorizem essas contribuições que vocês prestam à cidade de São Paulo de forma tão invisível. Então muito, muito obrigada pela sua participação e por tudo o que fazem para nossa cidade, sem ter o menor reconhecimento que deveriam ter.

Dando continuidade à audiência, gostaria de convidar a Secretária Ana Claudia Carletto, Secretária dos Direitos Humanos, para fazer uso da palavra. A senhora disse que precisará sair antes do término da audiência. Agradeço sua participação. Bom dia, a palavra é sua.

A SRA. ANA CLAUDIA CARLETTO - Bom dia. Muito obrigada, Vereadora Erika. Estava comentando com a Vereadora, que é com muito prazer que participo desta Comissão de Direitos Humanos, que aborda esse tema tão importante e que correlaciona tão firmemente com a pasta que eu coordeno desde o ano passado.

Quero deixar meu carinho especial também ao Vereador Eduardo Suplicy, que já presidiu essa comissão, o qual já tivemos o prazer de estarmos juntos. O Vereador Sidney Cruz teve que se ausentar, mas quero também deixar meu carinho a ele. Ao Vereador Paulo

Frange, que vejo no *chat*, também está acompanhando, é um grande parceiro, um grande defensor da luta dos Direitos Humanos.

Vereadora, quero ser um pouco sucinta. Vou começar falando sobre as ações. Ouvi aqui, atentamente. Infelizmente, preciso sair mais cedo, mas eu gostaria muito de ouvir todas vocês. Cada contribuição, de cada uma das falas, engrandece o trabalho como um todo.

Vou começar falando da Luciana, que trouxe toda essa questão da agricultura, da agricultura familiar, de podermos ter uma cesta básica diversa. Isso é uma questão fundamental.

Quero falar da querida Thaís, que me saudou também. Que bom falar com você depois de um tempo. A Thaís trouxe a questão da alimentação da população migrante, depois vou entrar um pouquinho nesse tema, porque é um tema não só muito (ininteligível), mas é uma das coordenações da Secretaria, é um trabalho sobre o qual nos debruçamos com muito carinho; a população migrante não documentada, que tem acesso aos serviços públicos em São Paulo. Uma população para a qual fizemos uma distribuição maciça de cestas básicas, desde o começo da pandemia mais de 90 mil cestas básicas para a população migrante. Sabemos, obviamente, que ainda não é perfeito, sempre precisamos aprimorar, mas é o caminho.

Valquíria, sempre ficamos nervosas. Quero dizer que ainda, hoje, fico nervosa quando falamos com bastante audiência, mas este lugar de fala é sempre importante. Sinta-se empoderada. Acho que sua voz é a voz de tantas mulheres chefes de famílias que cuidam dos filhos, que têm várias bocas para alimentar e neste momento, também, estão passando por situações de dificuldade.

Soledad também trouxe a voz da mulher migrante. Sabemos que passam por tantos desafios, só de estar em um país diferente do seu, mas também por ser mulher. São questões que se acumulam.

Do ponto de vista da Prefeitura, posso falar até com bastante propriedade, porque nós, desde o começo deste ano, estamos coordenando o Programa Cidade Solidária, que é um

programa aberto pela Prefeitura em abril de 2020 e que no começo deste ano acabou passando a coordenação para a Secretaria dos Direitos Humanos.

Já distribuimos, desde o começo da pandemia, mais de dois e meio milhões de cestas básicas; um milhão de *kits* de higiene. Distribuimos isso para mais de três mil pontos na cidade. É importante também falar, Presidente Erika, que o Programa Cidade Solidária é um programa de gestão compartilhada com a sociedade civil. Há participação ativa da sociedade civil no encaminhamento, mesmo na discussão do encaminhamento do programa como um todo. Fazemos a distribuição das cestas básicas na intermediação das entidades. Então vemos a importância da sociedade civil organizada como um intermediador para podermos chegar, exatamente, na população que mais precisa.

O Poder Público, por mais que tenha essa vontade, não tem essa capilaridade muitas vezes necessária para poder atingir todo mundo. A Thaís falou da questão do migrante, também colocou a questão da população negra, a questão das mulheres, a questão dos indígenas. Então veja, existe um recorte, a nossa sociedade é adversa. Todos esses recortes têm as suas especificidades para serem atingidas.

O programa procura lançar um olhar muito específico para toda essa população no sentido de conseguirmos atender. O número é volumoso, quando falamos de dois e meio milhões de cestas básicas, mas sabemos que precisamos ainda caminhar muito para fazermos frente. Veja a pandemia nos atingiu de uma maneira tão fortemente que ela acabou expressando e colocando mais às claras as diferenças sociais, que foram construídas ao longo de muito tempo, ao longo da nossa história social.

Então, a Prefeitura - e posso falar aqui em nome da Prefeitura, do Prefeito - tem esse olhar muito específico, esse olhar muito cauteloso com todo esse cenário e estamos tentando fazer frente a isso. Não por menos, vai fazer 10 dias pelo menos que o Prefeito fez um anúncio grande sobre as ações sociais que a Prefeitura está fazendo frente nesse período, que é exatamente o aumento das cestas básicas, a distribuição de cestas básicas também

para os alunos da Educação, o aumento no fornecimento de comida manufaturada, que são as marmitas.

Há um programa, desde o ano passado, que é a distribuição de marmitas para a população em situação de rua. Estamos distribuindo 10 mil marmitas diárias. Também foram distribuídos dois e meio milhões de marmitas desde o começo da pandemia. Estamos fortalecendo esses programas. Agora estamos colocando um outro programa que é o Rede Cozinha Cidadão Comunidade. Vamos distribuir mais 20 mil marmitas diariamente em São Paulo, ou seja, é um esforço conjunto que não passa só pela Secretaria dos Direitos Humanos. Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo tem, lá dentro, a coordenação de segurança alimentar. Está aqui o Adjunto da Secretária Aline Cardoso, o Secretário Armando, que deve falar um pouquinho sobre segurança alimentar na Cidade. Está aqui o Douglas, Adjunto da Secretária Berenice, da Assistência e Desenvolvimento Social, para falar da distribuição do repasse da renda - da renda básica, como o Vereador Eduardo falou - e que também vem no sentido de ajudar, pelo menos podermos garantir a comida na mesa das pessoas.

Presidente Erika, eu poderia me alongar bastante. Mas como V.Exa. falou que temos que ser bem objetivos para que todos possam falar, eu me coloco inteiramente à disposição. A Presidente tem o meu contato, muitas pessoas presentes também me conhecem e me coloco, pessoalmente, à disposição para esclarecer, para ampliar tudo que vem de sugestão da Câmara, que é o nosso grande interlocutor com a população paulistana, mas também da sociedade civil, seja ela organizada ou não. Só engrandece o que precisamos fazer. O desafio é imenso, Vereadora. Enfim, o princípio para fazermos com que tudo dê certo, termos boa vontade para colher as opiniões e muito boa vontade para poder trabalhar em conjunto e isso posso afirmar de coração, que temos.

Com isso encerro a minha fala. Vou ficar mais um pouquinho, mas me coloco inteiramente à disposição para demais esclarecimentos. Posso depois responder por *e-mail*,

Vereadora, a senhora pode ver de que maneira quer proceder e encaminhamos isso da melhor maneira.

Um beijo. Muito bom dia a todos. Muito grata de fazer parte dessa Comissão que admiro muito o trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) - Muito obrigada, Secretária. É uma pena, realmente, que a senhora não possa ficar até o final para ouvir todas as intervenções, mas acho que poderíamos encaminhar, porque depois tiramos um relatório desta Comissão, do que os nossos convidados trouxeram de questões, contribuições, divergências e depois continuamos essa conversa em outro espaço, para que possamos ir buscando as adequações e as qualificações dessas iniciativas que vêm de parte da Prefeitura e atrelando-as também ao que a sociedade civil tem requerido e tem trazido.

Dando continuidade as nossas falas, convido o Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos. Ele está presente? (Pausa)

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Eu tenho a impressão de que o Douglas presente é de SMADS.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Eu tenho aqui Douglas Belchior, da Coalizão Negra por Direitos. Então, vamos continuar. Tem a palavra a Sra. Antônia Cleide Alves, Presidente da Unas de Heliópolis. Acho que a Antônia também não está. Fábio Ivo Aureliano, integrante da Rede Brasilândia Solidária. Estou vendo, mas está com o microfone mudo.

O SR. FÁBIO IVO AURELIANO – Bom dia, obrigado a todos e a todas, primeiro cumprimentando a Presidenta Erika Hilton, nosso Vereador Eduardo Suplicy, mas também cumprimentando aqui, e acredito que ainda esteja presente, a Secretária de Direitos Humanos, Ana Cláudia. Meu nome é Fábio Ivo, eu moro na Brasilândia, fui conselheiro tutelar em Brasilândia durante oito anos, atuo há um ano e dois meses na Rede Brasilândia Solidária, a rede que foi composta no período da pandemia, proposta por integrantes do serviço da Educação, Saúde, Assistência e lideranças da comunidade. Chegamos até mais de 250

pessoas integradas em ações de conscientização, integração, mas também de solidariedade. Atualmente estamos trabalhando para criação da primeira cooperativa de reciclagem da Brasilândia. Estou fazendo esse trabalho de organização.

Mas nesse tema específico da solidariedade, a questão da alimentação, a garantia de um dos direitos principais dos direitos humanos, que é o direito a se alimentar, para nós que estamos na periferia, e para mim especificamente aqui da Brasilândia, estamos assistindo certamente a maior crise de todos os tempos. Nunca houve tantas pessoas passando fome como temos no momento em nosso território. E por mais que as ações governamentais tenham surtido efeito, especialmente o auxílio do ano passado do Governo Federal, aprovado pelo Congresso, mesmo contra a vontade do Governo Federal, de 600 reais, que foi muito importante. Depois a renda básica, aprovada pela Câmara Municipal, também muito importante, mas a grande questão é que tudo isso se tornou insuficiente, perante o número de pessoas que têm na Brasilândia desempregadas. Brasilândia, por característica, já tem uma grande parte da população vivendo de trabalho informal, com essas pessoas que vivem na informalidade, elas não perderam a maior parte das suas rendas, mas perderam integralmente.

Então, elas são as que mais sofrem. E, diante disso, os que mais sofrem são as mulheres e as crianças, que são as primeiras vítimas do flagelo da fome. A ação do Cidade Solidária é muito importante, mas vou só dar um número para se ter ideia do quanto é insuficiente. Eu moro no Jardim Paulistano, aqui tem aproximadamente 15 mil famílias. Houve uma entrega de 250 cestas básicas, ano passado, desse Programa. Só uma entidade distribuiu mais de 2.500 cestas básicas no ano passado, nesse mesmo território. Ou seja, a ação de uma entidade foi 90% maior do que ação do Governo Municipal, no Programa.

Eu sempre fui contra essa questão, não fui contra, mas sempre entendi que o ideal era entregar o alimento para as pessoas nas suas casas, porque é feito do seu jeito, a partir da sua lógica, e traz, no meu entender, muito mais dignidade a essas famílias. Mas hoje eu estou convencido que, na realidade que nós estamos, precisa ser implementado com urgência essas cozinhas comunitárias nos territórios periféricos. O território da Brasilândia precisa

minimamente serem implantadas quatro cozinhas comunitárias, com atendimento de pelo menos mil marmitas diárias, porque isso estabelece uma outra lógica. O que acontece? Quando nós entregamos uma cesta básica para uma família nós garantimos ali uma semana, 15 dias de sobrevivência daquela família, mas ficam dezenas de outras famílias sem nada, sem absolutamente nada. E a questão do marmitex, podemos criar uma lógica em parceria com o poder público e as entidades e atender especificamente aquela pessoa que está com fome naquele momento.

Então, eu queria sugerir a Ana Claudia e a Comissão de Direitos Humanos e toda a Câmara Municipal que desenvolvesse rapidamente uma ação articulada e implantar mais cozinhas comunitárias. Vejo que a Secretaria de Direitos Humanos cria agora essa modalidade, não só para as pessoas em situação de rua, mas é de uma forma muito tímida, insuficiente, e isso é muito barato por que a própria comunidade pode arcar com a parte da logística, a parte de fazer, não tem despesa, as pessoas podem trazer a sua própria marmita, mas nós precisamos dessa resposta não para daqui um mês, daqui a 15 dias, nós precisamos da resposta imediata porque quem tem fome, tem pressa.

Eu me coloco à disposição, na Rede Brasilândia Solidária, nós temos mais de 30 entidades sociais que atuam no território e podemos contribuir com essa questão, Secretária. Estamos à disposição da Câmara e da Prefeitura Municipal de São Paulo para atender essa população.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Fábio, pelas suas contribuições e é exatamente isso, a fome não espera, quem tem fome tem pressa. Esse é o tema da nossa audiência, porque estamos muito preocupados e tentando encaminhar e buscar respostas para essa situação dramática que tem assolado a nossa Cidade. Então, conte conosco, com certeza, para levar adiante essas iniciativas e ideias que o senhor nos apresentou aqui nessa audiência.

Agora eu gostaria de convidar o Padre Luciano Borges Basílio, Pároco da Paróquia

São José, Paraisópolis. O padre se encontra?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Eu acho que não, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Acho que aqui é um coletivo: Vida, Liberdade e Revolução (Francisco das Chagas Vidal), do Movimento Pedagogia Hip Hop pela Vida / Favela Vietnã. Acho que é um bloco. Não sei se é um coletivo que tem todo esse nome, mas enfim, Vida, Liberdade e Revolução, Movimento Pedagogia Hip Hop pela Vida/Favela Vietnã. Alguém representando? Vidal é o nome? Bom dia.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS VIDAL – É o sobrenome, na verdade. Bom dia, quero agradecer...acho que já fui contemplado em muitas das falas maravilhosas. Eu faço parte do Hip Hop, faço parte da Federação, do Confederação Brasileira de Break...e temos uma parceria hoje com pessoas de torcidas organizadas, que a gente precisa por dentro da favela do Vietnã... eu estou atualmente agora no Grajaú, o pessoal de Ipiranga, Vargem Grande, e temos uma rede e chega numa favela que já tem... A gente manda para outra. Eu queria só sugerir a essa Comissão que pudéssemos fazer, ampliar essa rede, tem diversas pessoas aqui que já fazem isso também. Acho que a gente poderia se juntar, que é como o senhor da Brasilândia falou, quem tem fome, tem pressa.

No Vietnã, por exemplo, onde atuamos há quatro anos, eu represento... sou militante também...por moradia e hoje tem esse movimento lá. E através do Hip Hop e dessa parceria com ...ano passado...cestas básicas e nenhuma veio da Prefeitura, nenhuma. Veio de Ongs, do setor privado, pessoal de Paraisópolis...gente para caramba.

Outra coisa que eu queria sugerir é que essa Comissão pudesse fazer um...que é atuando diretamente lá na base, dentro das favelas, e essa questão social, essas políticas públicas que existem porque não chegam para nós? Acho que é uma reflexão que precisamos fazer e é isso. Estou muito grato, estou para somar, se precisar...contato direto com o pessoal...e é isso, gente. Muito obrigado de coração e estamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos, Vidal, a sua

participação, sugestões mais do que aceitas e acolhidas. Eu vou voltar aqui para a Coalizão Negra e quero convidar a Sheila, que vai falar em nome da Coalizão.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Desculpe-me, Presidenta, o Douglas de SMADS vai precisar sair e ele gostaria de saber se ele pode dar uma palavrinha?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – O Douglas de SMADS é de onde?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Da Secretaria da Assistência Social.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Será que ele pode só esperar a Coalizão falar? A gente passa para a Coalizão e daí termina os nossos convidados e passamos a palavra para ele, pode ser? Perfeito. Sheila?

A SRA. SHEILA – Olá, Vereadora Erika Hilton, bom dia a todos; olá, Vereador Eduardo Suplicy, muito felicidade de estar aqui participando desse debate. Vocês estão me ouvindo bem, porque o Teams sempre atrapalha a minha vida. Sou Sheila de Carvalho, advogada de direitos humanos e integro a União Afro-Brasil e a Coalizão Negra por Direitos.

Estamos aqui hoje discutindo esse tema tão sensível que virou agenda central da nossa coalizão neste ano: a agenda da segurança alimentar, de combate à fome. Costumamos dizer que neste ano estabelecemos três frentes: violência, pão e vacina. Basicamente, é isso que precisamos para a continuidade da nossa sobrevivência. Estamos vendo números de agravamento da fome no Brasil, temos visto isso nas comunidades em que a Coalizão Negra por Direitos faz a incidência por todo o Brasil. Essa virou a reivindicação principal das comunidades em que fazemos ação política. Como vamos continuar fazendo ação política se estamos com fome? Então, por conta disso, lançamos inclusive uma campanha humanitária, a Tem Gente com Fome, que está no ar e recebendo doações com a finalidade de fazer um apoio direto a 222 mil famílias; mas sabemos que a sociedade civil não supre a lacuna do Estado e que precisamos de políticas públicas efetivas para enfrentar essa situação.

Fico muito feliz de estar aqui com o Eduardo Suplicy, porque essa tem sido a agenda que nós da Coalizão Negra por Direitos temos defendido: o estabelecimento de uma renda básica universal. Precisamos do estabelecimento dessa política para que consigamos

reverter o cenário de fome, de acentuação da pobreza, inclusive da pobreza extrema, que vivemos hoje no País. A Coalizão Negra por Direitos idealiza a campanha Renda Básica que Queremos, junto com a Rede Brasileira de Renda Básica, o INESC, a Conectas e mais cerca de 300 organizações da sociedade civil que têm como finalidade o estabelecimento dessa política. Lutamos desde o começo pelo auxílio emergencial, essa tem sido nossa luta desde o início da pandemia. Em março de 2020, conseguimos instituir um auxílio emergencial que desse cabo de uma necessidade de estabelecimento de políticas de proteção para que as pessoas pudessem ficar em casa. Tivemos o auxílio emergencial de 600 reais a 1.200 reais, que vigorou por alguns meses. Desde novembro estamos na luta pela continuidade do auxílio emergencial e temos recebido muita resistência no âmbito do Governo Federal para o estabelecimento dessa política que agora será efetivada em valores muito menores do que os já estabelecidos. Para além dos 200 reais que foram estabelecidos por 4 meses – que sabemos ser um valor muito irrisório para a necessidade de sobrevivência humana em um país em que a cesta básica média custa 654 reais -, foi também estabelecido um teto de 44 bilhões de gastos que podem ser feitos em relação à política do auxílio emergencial, mas esse é um valor sete vezes menor do que o investido no ano passado. Por isso, estamos recorrendo aos Estados, fazendo uma incidência em cada Estado, em cada cidade. Se conseguirmos construir uma política de atendimento no âmbito das nossas localidades, no âmbito das nossas cidades, no âmbito dos nossos Estados, enfrentaremos juntos essa fome. Mas é o que eu disse: a sociedade civil sozinha, o movimento negro sozinho não consegue fazer isso; precisamos de políticas públicas efetivas que venham do Estado para que consigamos fazer prosperar essa agenda. Não bastam nossos corpos negros serem vitimados todos os dias pela violência: agora também somos vitimados pela fome que assola as nossas comunidades.

Então, essa agenda é urgente e necessária. Agradeço à Vereadora Erika Hilton pela oportunidade de fazer esse diálogo, dada a relevância de um debate como esse no âmbito da Câmara Municipal. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos, Sheila, a sua

intervenção. Mais do que a sua intervenção: agradecemos à Coalizão Negra e a outras entidades e organizações que não têm medido esforços para tentar suprir a fome do nosso povo e da nossa gente.

Temos um último convidado, antes de eu passar para o representante da Secretaria, porque é importante que a Secretaria ouça a sociedade civil antes de nos trazer as respostas. Passo a palavra à Vera Helena Lessa Villela, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comusan. Bom dia. A palavra é sua.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILLELA – Bom dia, Vereadora. Queremos agradecer a possibilidade de termos fala também. Quero dizer que não é sem tempo; aliás, foi bem atrasado, por isso temos que agradecer a Comissão pela possibilidade de fazermos essa discussão. Isso deveria ter acontecido no ano passado, no começo da pandemia.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (falha na transmissão) desde 2001. Temos, desde 2016, uma política e um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, cujos links iremos colocar no *chat* depois para que todos possam ter acesso.

Se tivéssemos essas políticas devidamente implementadas ao longo desse tempo, muitas das situações que estamos vendo, vivendo, todas essas situações que ouvimos de todos os que me antecederam poderiam ter sido minimizadas. Todas essas questões que vieram sendo colocadas aqui - a renda básica (falha na gravação) comunitárias, o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana – estão previstas no Plano. Temos também um Plano de Desenvolvimento Rural Solidário, que ainda não foi promulgado, mas que já está definido há mais de ano.

Infelizmente, o que vemos é a não implementação das políticas públicas de enfrentamento da fome da garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas no nosso país, no nosso Estado e na nossa cidade. Em março de 2020, o Comusan encaminhou para todas as Secretarias que compõem o Conselho e também à Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional uma recomendação em que praticamente todas as questões que foram colocadas aqui pelos representantes dos vários movimentos e organizações

estavam apontadas como necessárias para seu enfrentamento. Colocamos à disposição de todas as Secretarias para, juntos, fazermos uma construção; e colocamos a importância de criarmos um Comitê Emergencial de Enfrentamento da Fome naquele momento, o que não foi considerado. Também enfatizamos a importância de termos os conselhos de participação e controle social juntos nesse momento, porque o Comusan é composto por 56 representantes da sociedade civil. Estamos hoje um pouco defasados porque as pessoas tiveram que estar em seus territórios dando conta da realidade que a pandemia nos trouxe em relação à fome e à insegurança alimentar e nutricional. Temos também 28 representantes do Poder Público, entre titulares e suplentes. Temos essa capilaridade e nos oferecemos para estar junto trazendo a realidade e buscando formas de enfrentamento dessa situação, que não foram consideradas ao longo desse tempo.

Então, criamos um Comitê nosso, do Comusan, uma rede de escuta popular, que funcionou daquela época até agosto de 2020 e que congregou mais ou menos 180 organizações da sociedade civil, desde a ponta da zona Sul até a da zona Leste, muitas delas não atendidas por nenhum desses programas emergenciais que a Municipalidade buscou trazer. Infelizmente, não estamos conseguindo realmente – como muitos dos nossos companheiros aqui colocaram, da Brasilândia, do Grajaú – que as populações mais vulneráveis tenham um atendimento e um olhar adequados. Isso é importante de ser registrado aqui. Nossa rede de escuta buscou orientar as organizações a participarem dos editais que foram colocados e que realmente excluem as pequenas entidades, que não conseguem ter acesso. Fizemos toda uma articulação nos territórios, inclusive com a participação da Associação de Agricultura Orgânica para atendimento em relação à oferta de cestas de alimentos *in natura*, porque essa era uma questão que não vinha sendo contemplada na oferta das cestas básicas, em que há basicamente alimentos que chamamos de não perecíveis e, em alguns casos, até alimentos ultraprocessados. Para funcionar essa rede de escuta, tivemos todo um apoio dos próprios conselheiros e de outros parceiros nos territórios.

Também construímos um mapa de ações e vulnerabilidades, que tem mais ou

menos 8 camadas. Nosso primeiro olhar foi para a situação da habitação, porque ela nos traz quais são realmente os pontos mais vulneráveis na nossa cidade – favelas, cortiços, habitações subnormais. A partir desse mapa, fomos colocando os recursos da saúde, da assistência social, da educação e da própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Vera, você precisa se encaminhar para o encerramento.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILLELA – Vou encerrar.

Temos um único Banco de Alimentos na nossa cidade e 2 Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional – no Butantã e na Vila Maria -, que precisam ter todo um suporte, um apoio para funcionarem.

O que podemos dizer é que precisamos pensar realmente nessa Política Municipal de Abastecimento e que articule os vários espaços de abastecimento da Cidade, os mercados e sacolões, junto aos agricultores urbanos e, da mesma forma, todo um fortalecimento das políticas na área de atendimento a toda rede de alunos da nossa rede municipal e rede estadual também.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Sra. Vera. É muito importante que a senhora traga esse mapa. Vamos querer, com certeza, poder fazer o aprofundamento.

Antes de dar continuidade, vou passar a palavra ao Sr. Douglas, representante da Secretaria, representando a Secretária Berenice. Vou pedir a gentileza das secretarias e dos representantes do Poder Executivo, que, quando forem convidadas as audiências, que possam vir com mais tempo, para que a sociedade civil possa falar, possa ser ouvida e tenha as suas questões acolhidas e depois receber a devolutiva das Secretarias e do Poder Executivo, porque esse é o intuito das nossas audiências. É muito ruim quando os representantes do Poder Executivo querem passar à frente da sociedade civil, não ouvindo todas as demandas.

Tem a palavra o Sr. Douglas.

O SR. DOUGLAS GUALBERTO CARNEIRO - Obrigado, Sra. Presidente. Bom dia a todos. É um prazer estar aqui com os senhores nesta manhã. É um tema de absoluta importância para a cidade de São Paulo e para toda a população. Peço desculpas pelo tempo. Justamente tenho uma agenda para um projeto que envolve segurança alimentar e nutricional para a rede da Assistência. De qualquer maneira, eu vou percorrer e dialogar com algumas das falas que foram feitas, a partir das iniciativas que foram desenhadas no âmbito da política de Assistência Social na cidade de São Paulo.

De largada, desde o início da pandemia, houve um esforço de ampliar a rede de proteção social, sobretudo a população em situação de rua, num primeiro momento, há um ano, no início da pandemia, com o fechamento do comércio e das atividades, houve um impacto direto e intenso sobre a população em situação de rua acolhida e não acolhida. Isso envolveu uma resposta do Poder Público na abertura de novos serviços de acolhimento e de novas vagas em núcleos de atendimento à população em situação de rua. Com isso, foram abertas quase duas mil vagas. Hoje ainda persistem 1.300 vagas de acolhimento, na Cidade, a essa população. Foi ampliado o período de atendimento no serviço de acolhimento. Muitos tinham funcionamento por 16 horas, apenas para pernoite. Todos passaram a ser 24 horas, com vaga fixa, para garantir o atendimento integral às pessoas. Foi ampliada também a equipe de profissionais, com ampliação de orientadores, agentes operacionais e assistentes sociais nesses serviços também, de forma a qualificar ainda mais o atendimento social.

Chamo atenção também para a ampliação da oferta de alimentação nesses serviços e nos núcleos de convivência à população em situação de rua, e passaram também a oferecer café da manhã. Muitos serviços não contavam com essa oferta; e isso garantiu um pouco da ampliação do atendimento a essa população, que sofre e sofreu tanto com os efeitos da pandemia, de uma forma muito marcada.

Há um ponto importante: Tem sido uma experiência de muito aprendizado, inclusive com apoio de alguns Vereadores, com emendas parlamentares: vagas em hotéis contratadas especificamente para atender a idosos em situação de rua. São mais de 400 vagas na Cidade

hoje, que garantem o atendimento digno e proteção social a essas pessoas, justamente garantindo maior isolamento também nesse momento, o que é requerido.

Um outro ponto importante, como a Secretária Claudia já mencionou, é a distribuição de marmitas em pontos de maior concentração de população em situação de rua. Também foi um aspecto importante durante essa pandemia. Essas ações têm sido mantidas e parte delas serão perenes, mesmo pós-pandemia. A gente está em vias de fazer um edital de credenciamento de vagas em hotéis, por entender que tem sido uma experiência positiva, numa melhor qualificação do atendimento e das situações de acolhimento na Cidade.

Em relação a aspectos mais voltados para a segurança alimentar e nutricional, de uma forma mais abrangente, além da distribuição do benefício eventual nos CRASs, nos Centros de Referência de Assistência Social, que já é usual na Cidade, essa oferta foi ampliada pela autorização da rede parceira, sobretudo dos serviços de convivência da proteção social básica e dos serviços de média complexidade, que envolvem atendimento a situações de violação de direitos, a autorização para que - desde o início da pandemia, desde março e abril do ano passado, e isso persiste mês a mês - pudessem remanejar o repasse da Prefeitura nas parcerias, para aquisição de cestas-básicas e de alimentos, para distribuição aos usuários.

Hoje há, na Cidade, mais de 700 serviços dessa natureza, e eles - com a capilaridade e com a força que essas organizacionais das sociedades civis parceiras têm - conseguem atender a um conjunto amplo da população. Além disso, o Cidade Solidária potencializou também, por meio da parceria com esses serviços e outros, o atendimento também à rede.

Um aspecto importante para a gente destacar é que a gente tem um projeto da distribuição de cestas de alimentos *in natura*, orgânicos e agroecológicos para a população idosa e pessoas com deficiência, vinculadas aos serviços de assistência. Esse é um projeto piloto e inovador aqui na Assistência, que começou a ser desenhado no passado e foi implementado agora. Agora a gente está, no mês de abril, ampliando esse serviço, para

atender a quinze mil pessoas, entre idosos e pessoas com deficiência, com a cesta, que é entregue diretamente no domicílio da pessoa, justamente para evitar o seu deslocamento pela Cidade. Isso favorece também o isolamento das pessoas e fortalece uma cadeia tão importante de produção de agricultura urbana e periurbana na Cidade. A gente tem condições, a partir disso, de garantir tanto a renda dos profissionais da agricultura na Cidade e do entorno de São Paulo, em toda essa cadeia, quanto garantir alimento de qualidade à população que está sendo beneficiada com essa iniciativa.

Um ponto importante e central foi mencionado aqui, mas vale retomar: A renda básica emergencial, aprovada pelos Vereadores da Câmara e prorrogada agora, para o início desse ano, já teve o pagamento da quarta parcela, agora em março. Março, abril e maio serão os meses que essas famílias receberão. A gente está falando de cem reais por pessoa na família, e 200 reais caso seja uma pessoa com deficiência. Isso tem representado um benefício médio na cidade de São Paulo para as 480 mil famílias beneficiadas de, com 277 reais. É um valor - para os senhores terem efeito de comparação - 70% a 80% maior do que a média do valor do Bolsa Família, que essas famílias já recebem. Então, esse é um recurso adicional. O benefício médio, na cidade de São Paulo, do Bolsa Família, é de 155 reais. Então, a gente está com um benefício médio, nesse caso, de 277 reais, por esses três meses. Isso tem um efeito significativo.

Alguns estudos que a gente fez indicam que esse recurso chega sobretudo nas periferias e nos territórios com maior vulnerabilidade. O peso dessa renda sobre a renda desses territórios é expressivo. Em alguns territórios, chega a quase 10% o conjunto dos programas de transferência de renda entre Bolsa Família, renda básica emergencial, o benefício de prestação continuada e a renda mínima. Eles têm um peso e um efeito sobre a economia local. Isso tem um efeito multiplicador de rendas. A gente sabe do dinamismo que esses programas implicam na geração de emprego e renda; e a garantia disso é nesses territórios, onde há essa incidência maior.

Há dois pontos importantes que eu queria destacar, dialogando um pouco. A Sra.

Thaís trouxe uma dificuldade que existe no acesso da população imigrante a benefícios. A gente experimentou isso na renda básica emergencial. Foi um dos públicos de dificuldade que vimos na operacionalização com a Caixa Econômica Federal, para acesso à conta bancária e para regularização de documentos.

A equipe de gestão de benefícios da Secretaria trabalhou diretamente, junto com o ativo do 156, para procurar essas famílias, identificá-las e fazer um esforço de regularização. Todas essas iniciativas trazem, à tona, as dificuldades que a gente tem, por vezes, de acessar a população. A Presidente da Comusan trouxe a questão do cadastramento também dessas organizações produtoras de alimentos e, por vezes, isso esbarra em algumas questões da documentação necessária, para fazer participação nesses processos de editais. Acho que a gente tem isso no radar, para justamente buscar caminhos para aprimorar, daqui para frente, esse tipo de interação.

Eu destaco um ponto adicional. Esse eu chamo atenção a todos. Hoje há, na cidade de São Paulo, mais de 132 mil famílias aguardando o benefício, na espera do Bolsa Família. São famílias que já foram cadastradas pela Prefeitura e já estão habilitadas para receber o programa, mas não recebem, porque estão represadas na fila. Esse é um número expressivo. Só na cidade de São Paulo, como eu disse, são 132 mil. No País todo, é um número muito maior. Isso tem efeito sobre a vinculação e o acesso à população para a renda. Então, chamo atenção para esse ponto, para que a gente possa ter incidência sobre ele também.

Eu concluo indicando que amanhã começam as audiências públicas do programa de metas da Prefeitura, para a gestão de 2021 a 2024. Das metas importantes que guardam relação com o tema de segurança alimentar e nutricional, eu destaco duas, em especial. A meta 1 também é de competência da Secretaria de Assistência, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria da Educação, articulada. É o acesso a programas de transferência de renda e ações de segurança alimentar e nutricional para um milhão e meio de pessoas na cidade de São Paulo. É percorrida uma série de iniciativas de competência de várias pastas. A

gente precisa ter, dentro dessa meta, além de sua entrega, um esforço urgente e necessário de integração e articulação entre os diversos benefícios que a Prefeitura distribui. Uma das dificuldades que vem à tona é que a gente precisa ter um conhecimento claro e saber quem são as pessoas que estão sendo atendidas e os territórios que não estão sendo, para que a gente consiga mobilizar e direcionar os esforços do Poder Público e da sociedade civil organizada também, para atender àqueles territórios que ainda não estão sendo cobertos e àquelas pessoas que ainda não estão acessadas pelo Poder Público. Para isso, a gente tem uma série de iniciativas.

Destaco outra meta - o Sr. Armando, da Secretaria de Desenvolvimento e do Trabalho. está conosco - a previsão da criação de hortas urbanas. Esse ponto eu deixo para ele complementar. São metas importantes, e o programa de metas, no seu conjunto, com essa contribuição e participação social, a partir de amanhã, ao longo do mês de abril, propõe-se a ser o caminho e os passos que esta gestão vai trilhar, para que a gente consiga, de fato, atender e priorizar a população que mais precisa, que está em maior situação de risco e de vulnerabilidade social na Cidade.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Douglas, eu preciso que você encaminhe para o encerramento.

O SR. DOUGLAS GUALBERTO CARNEIRO - Está bem. Agradeço, me coloco à disposição e me prontifico a ler toda a ata e os encaminhamentos desta reunião, qualquer ponto, a partir da minha saída, que houver relação direta com a Secretaria da Assistência. Eu me prontifico e estou aberto a qualquer um dos participantes para que nós possamos dialogar.

Obrigado. Bom trabalho a todos e todas.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Douglas, pela participação. Nós realmente enviaremos, como disse a secretária Claudia, da Relatoria, a ata desta Comissão, porque é importantíssimo que a Secretaria dialogue com aquilo que está sendo dito pela sociedade civil nesta audiência e que busque, coletivamente, respostas a tudo isso.

Aproveitando que o Douglas falou do Programa de Metas, e eu também faço parte

da Comissão de Administração Pública, tenho estado bastante preocupada com como a Prefeitura irá conduzir a discussão e as audiências do Programa de Metas agora que estamos na pandemia. Com medo de que se aprofundem as desigualdades e a não participação popular, na quinta-feira da semana que vem, às 15h, já está marcada uma audiência pública para falar da participação popular no Programa de Metas, para a qual eu quero convidar todos que estão nesta audiência.

Dando continuidade, quero agora convidar a Fernanda Penteado Balera, Defensora Pública, Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria do Estado de São Paulo. A Fernanda se encontra?

A SRA. FERNANDA PENTEADO BALERA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Bom dia, Fernanda. Seja muito bem-vinda.

A SRA. FERNANDA PENTEADO BALERA – Bom dia a todos e todas. É um prazer estar aqui. Na figura da Presidenta Erika Hilton, parablenizo a Comissão Extraordinária de Direitos Humanos desta Casa por este importante debate e agradeço muito o convite que foi feito a mim pelo gabinete do Vereador Eduardo Suplicy para participar deste debate.

Faço coro ao lamento da Vereadora Erika Hilton sobre a não presença dos representantes das Secretarias até o final desta audiência, porque eu acho que o intuito da audiência pública é que a sociedade civil apresente as suas demandas, e o Poder Público as escute e as responda. A lógica seria que eles ficassem até o final, ouvissem todas as demandas e endereçassem as respostas; obviamente, não a todos os problemas abordados, mas que pudessem comentar o que foi falado e não apenas exporem o que estão fazendo. Portanto, também lamento isso.

Eu sou Defensora Pública e Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria de São Paulo, que atua em diversos temas, entres os de saúde e violência institucional, e uma das suas principais atuações, e a que me traz hoje e que vou comentar um pouquinho, é a em defesa da população em situação de rua. Desde o início da pandemia, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos tem acompanhado a situação da

população de rua na capital e cobrado diversas medidas do Poder Público para que os efeitos da pandemia, que já são nefastos para toda a população, não atingissem, como acabaram atingindo, de forma ainda mais gravosa, a população em situação de rua.

A população em situação de rua, pelas suas próprias condições, não pode cumprir com as medidas de isolamento social, que é uma das principais recomendações, e fica completamente desassistida neste momento pelo Estado. O que nos preocupou desde o início é que fossem adotadas medidas de proteção social pelo Estado no combate à pandemia e na não reprodução das desigualdades. Então, desde o início, nós fizemos muitas recomendações e fomos acompanhando o que estava sendo adotado para tentar limitar o agravamento desse problema.

Eu acho que são muito louváveis as iniciativas da sociedade civil, e aqui eu menciono expressamente a campanha da Coalizão Negra por Direitos, principalmente em relação ao combate à fome, mas é necessário que o Estado assuma a sua responsabilidade nesse e em todos os outros temas. Acho que a assistência social precisa ser vista sempre como um direito e não como um simples favor ou o que depende apenas da solidariedade das pessoas. A entrega de marmitas e de alimentos pela sociedade civil, eu acho superimportante, mas o Estado precisa fazer frente a essa demanda e ter políticas públicas efetivas para atendê-la. É isso o que nós cobramos.

Nesse sentido, desde o início da pandemia, o Núcleo atuou fortemente para que fosse oferecida a gratuidade nos restaurantes Bom Prato para as pessoas em situação de rua. Isso foi convencionado de forma extrajudicial com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Os restaurantes Bom Prato já são populares, são medidas importantes para a garantia da segurança alimentar, e nós convencionamos que eles seriam gratuitos para as pessoas em situação de rua. Eu cito o Bom Prato só como um exemplo de que, além de lutar pelas políticas públicas, há necessidade de monitorarmos, porque o que aconteceu em relação à gratuidade do Bom Prato foi que houve a implantação do programa.

Aqui na capital, em que pese ter o censo ter indicado que cerca de 13 mil pessoas

em situação de rua não estavam acolhidas e, portanto, não faziam suas refeições nos Núcleos de Convivência e nos Centros de Acolhida, precisando do Bom Prato, foram inicialmente contempladas oito mil pessoas em situação de rua. Houve a distribuição do cartão da gratuidade, mas não foi feito qualquer monitoramento sobre esse cartão.

Todo mundo que lida com a população em situação de rua sabe como é comum a perda de documentos e até a retirada dos documentos por, às vezes, até ações da Prefeitura nas ações de zeladoria, e não há qualquer iniciativa sua para monitorar como estava sendo a entrega desses cartões, sua reposição ou mesmo sua substituição. Na prática, hoje, uma política que poderia estar atendendo a oito mil pessoas está atendendo a 1.500 pessoas.

A Defensoria Pública tem lutado para que as políticas públicas anunciadas pela Prefeitura e pelo Estado sejam, de fato, efetivas, porque eles anunciam que vão fazer, e são louváveis as iniciativas, mas elas precisam ser efetivas, precisam realmente atender aos anseios da população. Por isso, eu convido, faço essa convocação também à Câmara Municipal para que cobremos efetivamente as políticas públicas. Apesar de serem enunciadas no Plano de Metas, e o Governo Municipal fazer a coletiva, nós precisamos saber como elas estão na prática, no dia a dia. É nisso que nós temos trabalhado para cobrar.

Recentemente, a Prefeitura de São Paulo anunciou maior investimento para garantia de segurança alimentar das pessoas em situação de rua. Como eu falei, é louvável que haja ampliação para café da manhã nos Núcleos de Convivência, mas nós precisamos saber até quando isso vai durar, e precisa durar para além da pandemia, porque a população em situação de rua tem fome sempre, e nós não podemos pressupor que ela vá sobreviver pedindo comida nos restaurantes ou depender do comércio aberto para poder se alimentar. Por isso, também acho importantíssimo que medidas que foram implementadas na pandemia permaneçam para além dessa situação emergencial.

Coloco aqui o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos à disposição de todos os movimentos e desta Câmara Municipal para continuarmos no diálogo e nessa cobrança para que a Prefeitura de São Paulo e o Estado façam frente às demandas e tratem os direitos da

população como eles devem realmente ser tratados, principalmente em relação à população mais vulnerável, que é quem mais sofre com a pandemia.

Mais uma vez, agradeço o convite e fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Fernanda, por suas palavras. Nós estamos organizando o trabalho da nossa Comissão e queremos fazer ponte com a Defensoria, com o MP e com outros agentes. Provavelmente, na próxima semana, alguém da nossa assessoria vai procurá-la para que nós façamos essas conexões e tragamos essas demandas e pautas que você muito bem pontuou.

Muitíssimo obrigada, Fernanda.

Agora eu pergunto, Mônica, se os Vereadores membros da Comissão estão presentes, porque eu gostaria de passar a palavra a S.Exas.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Pelo que estou vendo aqui, somente o Vereador Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – V.Exa. quer fazer uso da palavra, Vereador?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Por gentileza.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Querida Presidente Erika Hilton, parabéns pela condução dos trabalhos. Eu acho que foi muito importante a oitiva de todas as entidades dos representantes das Secretarias.

À Sheila, do Coalizão Negra, que disse que também pertence à Frente Parlamentar em Defesa da Renda Básica ou a Rede Brasileira de Renda Básica, eu queria trazer uma informação importante, que eu não sei se a Presidente Erika Hilton já tem conhecimento. Em nome de um morador em situação de rua de Porto Alegre, de 51 anos, portador de epilepsia, chamado Alexandre Português, a Defensoria Pública de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, entrou com um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal para que essa pessoa, que recebe 91 reais do Bolsa Família, possa ter direito à Renda Básica de Cidadania, que é objeto

de lei aprovado por todo o Congresso Nacional, por todos os partidos, em 2002 e 2003 no Senado e na Câmara, e sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004.

Diz a lei que a Renda Básica de Cidadania será universal e incondicional para toda a população, inclusive aos estrangeiros e residentes no Brasil há cinco anos ou mais; uma renda mensal suficiente para atender as necessidades vitais de cada um na alimentação, na educação, na saúde e assim por diante. Conforme o Relator Francelino Pereira sugeriu, para que seja compatibilizada com a Lei de Responsabilidade Fiscal, será instituída por etapas a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, portanto, como faz o Bolsa Família e agora o Auxílio Emergencial, a Renda Básica Emergencial.

No Supremo Tribunal Federal, foi designado como Ministro Relator, o Ministro Marco Aurélio Mello, que deu um parecer muito bem fundamentado e que vai ser apreciado dia 16 próximo, na sessão do Supremo Tribunal. O Ministro Gilmar Mendes pediu vista, mas já está encaminhando o seu voto. Pelo que eu pude dialogar com S.Exa. e com a sua assessoria, será um voto para uma proposta construtiva.

O Ministro Marco Aurélio Mello conclui em seu parecer que o Governo Jair Bolsonaro terá o prazo de um ano para bem regulamentar a renda básica de cidadania, quais serão as etapas, os passos para que isso venha a acontecer.

Digo isso na nossa audiência pública porque certamente o dia que houver o direito à renda básica de cidadania universal e incondicional, obviamente para inclusive a população em situação de rua, para aquelas, por exemplo, catadores de material reciclável que aqui expuseram seus argumentos e tudo com muito maior facilidade e sem burocracia terão esse direito como algo universal.

Então, trago esta informação aqui porque é possível que o Supremo Tribunal Federal se acatar a decisão do Ministro-relator Marco Aurélio Mello, se a maioria deles assim considerar, é possível que estejamos vendo o Brasil dar um passo muito importante em direção a renda básica universal.

Recentemente, no seu livro “Vamos Sonhar Juntos”, do Papa Francisco, não sei se a Vereadora Érica teve a oportunidade de conhecer e ler o que o Papa Francisco diz a respeito. Se achar por bem, eu posso até citar. Posso citar?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Claro, Vereador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Na página 143, “Reconhecer o valor do trabalho não remunerado para a sociedade é vital para repensar o mundo pós-pandemia. Por isso, acredito que seja a hora de explorar conceitos como o de uma renda básica universal, também conhecido como imposto de renda negativo: um pagamento fixo incondicional a todos os cidadãos, que poderia ser distribuído através do sistema tributário. A renda básica universal poderia redefinir as relações no mercado laboral, garantindo às pessoas a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza. Daria aos indivíduos a segurança básica de que precisam, eliminando o estigma do seguro-desemprego, e facilitaria a mudança de um trabalho para outro, como cada vez mais os imperativos tecnológicos do mundo trabalhista exigem. Políticas como essa também podem ajudar as pessoas a combinar tempo dedicado a trabalho remunerado com tempo para a comunidade.”

Veja, portanto, que o Papa Francisco compreendeu muito bem as vantagens da renda básica universal. Então, era esse registro que considerei importante fazer nesta audiência pública.

Muito obrigado e parabéns Vereadora Erika Hilton.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Vereador Eduardo Suplycy, pelas suas contribuições.

Não conhecia o livro do Papa, mas já tive oportunidade de ver uma ocasião com V.Exa. essa discussão que tramita no STF com relação à renda básica emergencial e estamos aqui na torcida para que isso seja aprovado o quanto antes e a gente possa ver essa discussão avançando na nossa sociedade na tentativa de minimizar o sofrimento e a dificuldade do povo brasileiro.

Dando continuidade à nossa audiência irei passar, agora, a palavra aos

representantes do Poder Executivo que estiverem presentes. Armando Júnior, Secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo.

O SR. ARMANDO JÚNIOR – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Bom dia. Seja bem-vindo. A palavra é sua.

O SR. ARMANDO JÚNIOR – Bom dia, Vereadora Erika Hilton. É um prazer participar da Comissão de Direitos Humanos. Quero parabenizá-la pela presidência e também pela eleição, é muito importante para São Paulo. Quero também parabenizar o sempre Senador Eduardo Suplicy. O nosso abraço a ele e a todos os Vereadores que compõem a Comissão.

Vou destacar um pouco dos pontos do que a gente tem de segurança alimentar na Secretaria e também pegar alguns pontos daquilo que a Secretária Claudia Carletto falou e também do Douglas e também eu acho que tem alguns outros companheiros do Executivo que podem comentar também algumas outras partes.

Queria começar destacando o Banco de Alimentos da Prefeitura de São Paulo. O Banco de Alimentos, da Prefeitura de São Paulo, é um programa que existe já há alguns anos em que fazemos a coleta do alimento em diversos pontos, seja nos supermercados, feiras livres e outros pontos. Recebemos esses alimentos e distribuímos para a população por meio das entidades sociais cadastradas em todos os pontos da Cidade, principalmente nas periferias, apoiando justamente quem mais precisa.

Hoje temos 410 entidades cadastradas. Aí entra muito daquilo que o Igor tinha falado sobre darmos o alimento para população, para que eles mesmos possam utilizar da maneira que melhor convir.

Então, esse é o trabalho que o Banco de Alimentos faz. Para vocês terem uma ideia, o Banco de Alimentos tinha uma média de 300 toneladas por ano de captação e de doação. No último ano, tivemos aí 2,3 mil toneladas de alimentos doados, então, um crescimento gigantesco. Este ano já passamos das 500 toneladas só nos três primeiros meses do ano de 2021.

Esse programa trabalha em conjunto com outro programa que também foi criado que também tem muito a ver com a parte de segurança alimentar e também na parte de sustentabilidade onde a gente fala do combate ao desperdício de alimentos na cidade de São Paulo. Esse é um tema muito importante também para segurança alimentar. Nós criamos um programa onde fazemos o combate ao desperdício nas feiras livres. Hoje em São Paulo tem 880 feiras livres e contratamos agentes via Programa Operação Trabalho, da Prefeitura de São Paulo, o POT, e esse programa é também vocacionado para mulheres vítimas de violência doméstica para que elas possam trabalhar nesse programa, ter sua autonomia financeira e consecutivamente saindo das garras do agressor. Mas elas vão até as feiras livres sensibilizar os feirantes que, muitas vezes, descartam alimentos nas feiras livres e esse alimento é recolhido e enviado ao Banco de Alimentos e do Banco de Alimentos vai às entidades sociais que distribuem para a população.

Pensando sobre a pandemia, em conjunto com a Assistência Social e Direitos Humanos, também fizemos o programa de marmitas, também vocacionado para geração de renda e qualificação profissional das pessoas que estão em vulnerabilidade social. Então, o programa visa não só o fornecimento de marmitas, como também a qualificação dessas pessoas para que, no pós-pandemia, elas consigam um emprego e possam sair da situação de vulnerabilidade social.

Então é o Programa Cozinhando Pela Vida realizado já em 2020. Estamos reeditando esse programa e vamos fazer um milhão de marmitas nos próximos três meses com a contratação de 350 pessoas nesse programa.

Vamos participar também do Vacina Solidária, do Governo do Estado, no qual as pessoas vão se vacinar e entregam ali o alimento. Então, o Banco de Alimentos vai captar também um pouco desses alimentos sejam nas UBSs ou em *drive thrus* para envio ao Banco de Alimentos e para as entidades sociais.

Falaram também sobre hortas urbanas. No Plano de Metas deste ano existe uma meta muito importante de criar 400 hortas urbanas espalhadas pela cidade de São Paulo.

Temos a perspectiva de reeditar o Programa de Pote, Hortas e Viveiros, onde colocaríamos também as pessoas para fazerem o manuseio dessas hortas e qualificação profissional, bem como atividade com a população local. Sempre pensando na periferia e pessoas com mais vulnerabilidade alimentar.

Foi falado também da parte de reciclagem dos catadores. Esse é um ponto muito importante para a nossa Secretaria, para a Secretária Aline Cardoso. Aqui na Secretaria temos um Programa... (Falha na transmissão.) parte de cooperativismo que tratamos com os catadores. Em parceria com a Amlurb, a empresa responsável pelo recolhimento de lixo, tivemos, em 2019, o Programa Reciclar para capacitar e onde foram capacitados 2.400 catadores da cidade de São Paulo. Um programa muito importante que eu acho que o Senador Suplicy teve grande muita participação.

Também tivemos a questão de geração de emprego e qualificação para a segurança alimentar, muito importante, com dois programas que criamos, que é o Teia, que é um *coworking*, mas um *coworking* gastronômico. E aí tem um pouco a ver até com aquilo que algumas pessoas comentaram sobre a questão de ter as cozinhas espalhadas. Temos hoje duas cozinhas que são como *coworkings* gastronômicos. Essas cozinhas têm uma sala totalmente equipada para a pessoa receber os seus clientes. Uma fica no Butantã e outro no Jardim Edite, na zona Sul de São Paulo, sempre próximo de comunidade, em lugares de alta vulnerabilidade e junto com os nossos Cresans, Centros de Referência de Segurança Alimentar, no Butantã onde está instalado também esse Teia e o outro que é onde funciona basicamente o Banco de Alimentos, na Vila Maria, zona Norte de São Paulo.

Nesses lugares fazemos o cozinha-escola, programa também fundamental para a segurança alimentar e, sobretudo, para geração de renda dessa população. São cursos que a Prefeitura fornece para que as pessoas saibam e aprendam a fazer alguns produtos para venda. Então, aquele bolo de pote, aquela empada, aquele bolo de cenoura para vender, coisas que você aprende em um dia e no dia seguinte você já está vendendo, você já está gerando renda, você já está conseguindo evoluir nessa cadeia.

Como até foi comentado também aqui, nós temos o Plano Rural, que é muito importante. Um quarto da cidade de São Paulo tem esse conceito de rural, também na parte de meio ambiente. O Plansan, que é o nosso Plano Segurança Alimentar, que já é aprovado e já está em vigor. O Ligue os Pontos, que também foi comentado aí, e um dos pontos em que tivemos uma aceleração das pessoas que estão ligadas a este programa. Então, nós fizemos via agência da Secretaria, que é a Ade Sampa, que é a de apoio aos empreendedores, nós fizemos uma aceleração de alguns desses empreendedores da zona rural para que eles possam melhorar o seu produto, melhorar a sua venda, conectá-los com o setor produtivo para que essa produção agrícola, sobretudo orgânica ali na zona de Parelheiros, seja colocada mais para o Centro da Cidade e isso possa ter uma maior evolução.

Também como ponto também de segurança alimentar – e já encaminhando para o encerramento da minha fala –, nós também apoiamos aqui todo o setor de gastronomia da cidade de São Paulo, sobretudo nos protocolos sanitários, visando a segurança alimentar neste momento de pandemia. Então, os protocolos sanitários, nós tivemos até a participação do CRM da 3ª Região, onde fizemos um conjunto com os setores da Abrasel, Apas e outros setores, nós fizemos os protocolos sanitários que foram aprovados, publicados e que hoje fazem parte dessa segurança alimentar em todos os bares e restaurantes que nós temos aqui, na cidade de São Paulo.

Também como geração de emprego e renda, que eu acho que é um dos grandes pontos que nós sempre podemos destacar para que as pessoas venham a ter, cada vez mais, condições de se alimentar melhor, nós colocamos, mesmo neste tempo de pandemia, nós criamos 4.590 vagas, no Programa POT Volta às Aulas, onde contratamos as mães dos alunos, colocando-as dentro das salas de aula, para que elas possam garantir os protocolos sanitários nas escolas municipais. Então, são 4590 mães. E também nós estamos contratando, e isso está acontecendo justamente nesta semana, mais 2000 POTs, que são jovens – principalmente da periferia –, sobretudo os jovens que são o grupo das pessoas mais impactadas pelo desemprego na cidade de São Paulo, os jovens de periferia, muitas vezes são

mulheres e negros. Então, duas mil vagas que abrimos para colocarmos no POT Defesa da Vida, que são pessoas que vão, em conjunto com a Defesa Civil, apoiar as ações na cidade de São Paulo, falando sobre os protocolos sanitários, sensibilizando a população, e também em portas de estações de Metrô, CPTM, escolas, UBSs.

Enfim, acho que consegui abarcar um pouco sobre aquilo que foi pontuado por alguns dos participantes. Eu gostaria de agradecer e deixar, aqui, o meu abraço. Ficamos à disposição aqui, na Secretaria do Trabalho. Esta Comissão é uma escuta fundamental e importante, não só para a Câmara Municipal, mas para o Executivo. Mas aqui, na Secretaria, nós estamos abertos todos os dias, todas as nossas áreas da Secretaria, sobretudo tratando do tema de hoje. A nossa Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional fica sempre à disposição de vocês para poder receber, seja via Coordenadoria ou via outros órgãos da Secretaria, sugestões, críticas, pedidos. Estamos aqui sempre abertos a escutar e apoiar vocês da melhor maneira possível.

Obrigado, Presidente Erika e um grande abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Armando.

Antes de chamar o próximo convidado, eu quero reiterar o pedido para que as pessoas se atentem ao tempo de fala, porque nós ainda temos outros convidados que precisam falar e seria bom que conseguíssemos ouvir a todos. Então, para que isso ocorra, é muito importante se ater ao tempo de fala. O nosso próximo convidado é o Sr. Carlos Eduardo Batista Fernandes, Secretário Executivo do Departamento de Abastecimento e Agricultura da Secretaria Municipal de Subprefeituras.

Bom dia, Carlos. A palavra é sua.

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – Bom dia, Vereadora Erika. É um prazer estar presente aqui, com todas essas pessoas e debatendo este tema tão importante e caminhando para serem efetivas as ações.

Eu queria começar falando primeiro que estamos com problemas de renda, desemprego, pobreza e renda, que nós precisamos resolver. A outra questão, que é a questão

dos alimentos, é o alto custo dos alimentos, fruto de uma política econômica que elevou todos os preços dos alimentos. O que era relativamente razoável virou um absurdo. Por exemplo, e quem é agricultor sabe, uma saca de milho hoje custa cem reais. É inimaginável isso. E milho é insumo para toda a cadeia de proteínas: frango, porco. Quer dizer, então houve um aumento de custo do produto e a inflação dos alimentos, que afeta a população mais carente. Então, isso é um desequilíbrio. Além da falta de renda, que nós temos de procurar resolver com o Renda Mínima, com o Solidariedade e com todos os incentivos ao emprego, nós temos também que conviver com o aumento do custo de vida, principalmente dos alimentos. E, com isso você afeta ainda mais a população de baixa renda.

Então, eu queria só falar mais algumas coisas. Eu vou só complementar o que a Luciana já falou sobre o Ligue os Pontos e aquilo que o Armando falou sobre a Secretaria de Desenvolvimento – nós trabalhamos muito integrados. Mas vamos continuar na agricultura. Além dos Ligue os Pontos, que já se falou aqui um pouco, além da zona Sul, nós trabalhamos na zona Leste com os agricultores da...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. CARLOS EDUARDO BATISTA FERNANDES – ...damos assistência técnica, temos a Casa da Agricultura lá; reforçamos a contratação de Engenheiros Agrônomos para darem assistência técnica. Na zona Sul, além do Ligue os Pontos, nós temos outra Casa da Agricultura que complementa o trabalho com os agricultores na região, com tratores contratados. Depois de muitos anos, nós conseguimos ter assistência técnica efetiva, com tratores trabalhando na terra e fortalecendo o trabalho dos agricultores. Compramos insumos também para a distribuição para os agricultores da zona Sul com o orçamento da Prefeitura, não é do Ligue os Pontos. E fazemos atuação, além da zona Leste, na zona Norte, principalmente junto a áreas da Sabesp. E buscamos fazer a ampliação dessa agricultura urbana.

Queria também ressaltar o trabalho que temos com o Banco de Alimentos, da Secretaria do Armando, que são os nossos sacolões e mercados que fazem doação direta para

os mercados, para o Banco de Alimentos que faz a distribuição, e as feiras livres que estão integradas também nessa atribuição. Eu quero ressaltar que, além dessa doação institucional, quase todos os mercados, os seus permissionários, fazem um trabalho de doação para entidades próximas de seus mercados e sacolões. Por exemplo, nós articulamos – e incentivamos isso, inclusive -, com os sacolões da Bela Vista, que fazem uma doação de alimentos para a Igreja do Glicério, que trabalha com os imigrantes. Nós também articulamos para comunidade, que vem reivindicar com os nossos permissionários, incentivando-os a fazer essas doações.

Outra questão. Também com o trabalho da Secretaria, nós temos algumas cozinhas em mercados, que estão à disposição para fazer a integração de produção de alimentos com a Secretaria de Desenvolvimento.

São basicamente essas questões que nós estamos falando. Nós estamos à disposição. Queremos discutir, aprofundar a questão da agricultura na cidade de São Paulo para fortalecer os agricultores da Capital, a agricultura familiar. Nós estamos sendo atentos, dando assistência, principalmente assistência técnica, porque é o nosso papel aqui. Os mercados, sacolões estão funcionando normalmente para manter o abastecimento. As feiras, eu quero destacar aqui a questão do funcionamento das feiras. Os feirantes estão na linha de frente para manter o abastecimento da cidade de São Paulo, importante, e com preços competitivos, do ponto de vista de preço, de qualidade. São uma linha de frente que eu sempre reverencio, porque estão todo dia na rua e correndo risco de Covid. Mas eles têm esse papel do abastecimento e nós estamos mantendo isso e estamos procurando, ao máximo, criar mecanismos de integração com as comunidades, com doação, com o trabalho de fortalecimento da distribuição de alimentos, através do pequeno agricultor, dos pequenos comerciantes, porque é o modelo dos mercados municipais e sacolões. São pequenos comerciantes que fazem essa rede capilar de 900 feiras, por exemplo, na cidade de São Paulo, por semana, e 32 equipamentos que temos. E faz com que não haja, como a Luciana comentou da concentração da distribuição dos alimentos. Nós contribuímos, porque é graças a

esse elo de concentração e manter atividade econômica e emprego.

Só para finalizar, no setor de feiras fizemos mais de 500 inclusões de feirantes nas feiras livres de São Paulo. Abrimos uma licitação, um chamamento para gerar emprego e renda. Regularizamos parte que não estava regularizada e ampliamos para quem queria entrar no setor de feiras.

Basicamente isso, vou ser breve, já são 12h15. Muito obrigado. Estamos aqui à disposição, a Secretaria Municipal de Subprefeituras, o Prefeito Bruno Covas, estamos aqui para poder colaborar nessa crise, mas mais do que isso vamos pensar rapidamente, saindo da crise o novo modelo de assistência às pessoas mais carentes e a solidariedade à Rede de Solidariedade, que trabalha com o Poder Público e a sociedade civil juntos para passarmos essa barreira e sermos solidários.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Secretário. Passo a palavra a Josselia Aparecida Fosia Carneiro da Fontoura, Coordenadora de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

A SRA. JOSSELIA APARECIDA FOSIA CARNEIRO DA FONTOURA – Boa tarde, Vereadora, é um prazer estar com a senhora, parabéns pela iniciativa e pela presidência, a senhora é muito querida aqui com a gente; o mesmo ao nosso Vereador, sempre Senador Suplicy, todo o nosso carinho, temos um carinho especial pelo Vereador.

Vou ser muito breve, falo em nome do Secretário Fernando Padula. Temos duas ações importantes, na verdade três ações, mas no ano passado quando fomos pegos pela pandemia, a primeira iniciativa foi socorrer aqueles mais necessitados, aqueles em maior estado de vulnerabilidade.

Então começamos com o cartão alimentação e chegamos a universalizar o cartão desde abril do ano passado até a presente data. O cartão é destinado a todos os alunos da Rede Municipal. Temos mais de um milhão de alunos, todos têm o direito ao cartão e aos valores ali definidos por causa de uma média do que a Prefeitura alcança nessa ação, o que

alcançamos em poder repassar.

Com essa ação do cartão, que chamamos de Cartão Merenda, temos durante todos esses meses uma média de recursos investidos em torno de 75 milhões ao mês, para atender mais de um milhão de alunos. Também temos a questão da geração de emprego local, porque há mais de 40 mil estabelecimentos credenciados, de forma que o cartão também contribui para a geração de empregos.

Outra ação, as cestas saudáveis, nos próximos dias vamos entregar uma cesta saudável composta de produtos da agricultura familiar, estamos investindo 80 milhões nessa compra. Também 9 milhões em FLVO, frutas, verduras, legumes e ovos. Ovos, logicamente não conseguimos ofertar nesse quite que vai acompanhar a cesta saudável e nem as verduras por causa da questão logística. Mas as famílias receberão também junto com a cesta saudável composta de alimentos da agricultura familiar, feijão, arroz, enfim, produtos básicos. Vão receber também um quite que vai conter legumes e frutas. E as bananas também da agricultura familiar que foram adquiridas via chamada pública.

Uma inovação na Secretaria de Educação é a chamada pública eletrônica. Pela primeira vez conseguimos implantar a chamada pública eletrônica e conseguimos a participação de muitos agricultores, alcançamos muita gente. Com isso, Vereadora, e todos, nós temos a criação de cinco mil famílias de pequenos agricultores beneficiados com emprego no campo, que geraram em torno de 15 mil empregos na área rural. E em toda a cadeia produtiva vamos ter em torno de uns 40 mil empregos, porque depois tem o transporte, a entrega, enfim. Mas só no campo enfatizamos que em torno de 15 mil empregos criados para os agricultores.

Também temos o Programa Leve Leite que continua normalmente, a entrega é feita pelos Correios dentro do decreto municipal, inclusive, para as crianças que estão na lista de espera aguardando vaga. Este ano temos muito pouco aguardando a oportunidade, a fila está praticamente quase zerada, mas as crianças que se encontram cadastradas no Bolsa Família e no CadÚnico têm direito ao Programa Leve Leite.

Da nossa parte é isso. Agradeço a oportunidade de participar. Estamos à disposição para colaborar, contribuir por meio da Secretaria de Educação em todos os aspectos e tudo o que for possível.

Muito obrigada pelo convite e por nos dar a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Josselia. Pergunto se Rubens Naman, da Secretaria do Governo, se encontra? (Pausa) Não. Secretário Edson Aparecido, da Secretaria da Saúde, se encontra?

Passo a palavra para a Sra. Daniela Benzel.

A SRA. DANIELA BENZEL - Bom dia, sou Daniela Benzel, represento aqui o nosso Secretário Edson Aparecido, Secretaria Municipal da Saúde. Que bom ter ficado mais para o finalzinho, a ideia era essa mesma, ouvir o que foi falado, pensando que todas essas ações acabam refletindo diretamente na condição de Saúde da população.

São importantes todas essas colas, ouvir a sociedade civil, quais são as demandas, ouvir também o que o Poder Público vem preparando, não só para a questão da pandemia, mas para...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Daniela, desculpa, mas não estamos conseguindo ouvi-la direito, seu áudio está ruim.

A SRA. DANIELA BENZEL – Vamos ver se melhora. Estou no ambiente de trabalho... (Falha na transmissão) ... Conseguem me ouvir melhor?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Por enquanto sim, qualquer coisa volto a interromper.

A SRA. DANIELA BENZEL – Ok, por favor. Vou ser breve, até pelo adiantado da hora, mais para me colocar à disposição, vimos trabalhando muito desde o ano passado no Programa Cidade Solidária, na distribuição de cestas básicas. Este ano também com o Programa... (Falha na transmissão) ...Solidária, temos arrecadado alimento em todas as Unidades Básicas de Saúde, promovendo a educação alimentar e nutricional, uma vez que

orientamos a doação de alimentos mais naturais, pouco processados, então isso é importante pensando na Saúde da população.

Mas gostaria de informar, vou me focar exatamente nessa informação para não ficar contando todas as ações que são feitas. Hoje, a Secretaria da Saúde implantou o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, o Sisvan. Essa é uma recomendação da Organização Mundial da Saúde, a questão da vigilância alimentar e nutricional, porque senão tudo isso vai refletir diretamente nas diferentes formas de desnutrição existentes. Quando falamos de Saúde, segurança alimentar e nutricional, estamos falando tanto de carência como da questão da obesidade, principalmente a obesidade infantil cada vez mais frequente.

Então, hoje o tema de vigilância alimentar e nutricional permite monitorar atualmente quase 250 mil crianças, não só crianças, ... (Falha na transmissão) ..., mas acaba colocando mais a questão da criança que tem um comprometimento no seu desenvolvimento, no seu crescimento infantil.

Por isso foco nessa questão, acho que isso traz indicadores importantes para a questão da segurança alimentar e nutricional, para podermos acompanhar tanto a subnutrição crônica, como a subnutrição aguda e a questão da obesidade no Município de São Paulo. Poder mapear essas situações de vulnerabilidade, todas as questões que apareceram aqui, como a questão da vulnerabilidade, ... (Falha na transmissão) ..., Bolsa Família e outros. E tudo isso monitorado dentro do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

Coloco a Secretaria à disposição e tudo o que foi colocado aqui será repassado ao nosso Secretário. Fico à disposição para atender, para conversar, não vou me prolongar porque sei que já está na hora do almoço, mas me coloco à disposição para qualquer demanda que surja.

Obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Daniela. Agora, Eduardo de Castro, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, ou representante. (Pausa). Não. Perfeito.

Então agora temos algumas falas inscritas pelo chat para poderem fazer a

participação. Vou pedir generosamente, gentilmente, para que vocês possam sintetizar o máximo que for possível a fala. Já são 12h23, já estamos indo para três horas e 10 minutos de audiência, é muito importante a participação de todos e queremos poder e conseguir ouvir a todos. E para que isso aconteça, nós pedimos gentilmente que as pessoas possam ser sucintas e que sintetizem o pensamento, para que todos tenham a oportunidade de falar nesta audiência. Nós gostaríamos de poder ouvir com o máximo de tempo, mas infelizmente o tempo não se comporta da forma como nós gostaríamos, nem outros compromissos.

Tem a palavra o Sr. Jackson Douglas de Castro, participante de Associação Viver Bem, no Centro. (Pausa) Não está presente. Sr. Adilson Araújo, participante da Agência de Imagens e Notícias. (Pausa) Não está presente. Sr. Benedito Roberto Barbosa, participante da Central de Movimentos Populares. (Pausa) Não está presente. Sra. Alexandra Silva Costa de Jesus. (Pausa) Sr. André Luzzi de Campos, participante do Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar Nutricional.

O SR. ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS – Boa tarde. Em respeito a toda a população que foi vitimada pela pandemia e a muitas e muitas milhões de pessoas que não terão o que comer nessa hora da refeição, eu serei bastante propositivo, também ajudarei nos encaminhamentos desta Comissão.

Inicialmente, é muito importante falar de alimentação como um direito humano, não como uma mercadoria, um insumo. Nesse sentido, são necessárias ações para que as pessoas sejam livres da fome e tenham acesso a alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável. Então é importante pensar no emergencial, mas nas condições de construção das políticas estruturantes.

Se estamos passando isso na cidade de São Paulo é porque a Cidade não tem uma política de abastecimento, não tem uma política de emprego, trabalho e renda; e não tem participação social. Estamos num momento dramático e precisamos fazer escolhas.

A pesquisa que foi liberada pela Rede de Pesquisadores de Soberania e Segurança Alimentar demonstrou a gravidade da fome com uma metodologia muito interessante. E nós

precisamos desenvolver essa pesquisa na cidade de São Paulo, porque não há dados sobre a fome nos territórios da Cidade. Então é urgente que as Secretarias contratem um *vox populi*, uma universidade, para aplicar essa metodologia que a Rede PENSSAN apresentou durante a semana.

Depois disso, ouvimos vários representantes do Poder Público, e observamos que não há um plano de ação coordenado das várias Secretarias, dos vários órgãos. Portanto, esta Comissão precisa apresentar um pedido para que a Prefeitura, o Prefeito, apresente à sociedade um plano de ação, com metas, com orçamento, com ações previstas nas várias fases: de curtíssimo prazo, de médio prazo e de longo prazo; articulando com o Programa de Metas, de forma consciente, de forma ousada para os desafios que nós temos hoje.

Quando o representante da Prefeitura diz que vai ser priorizado na Meta 1 o programa de transferência de renda a 1,5 milhão de pessoas, isso significa que, em quatro anos, cada Subprefeitura atenderá 976 pessoas. É inimaginável, frente a tudo o que nós estamos sofrendo.

Quando o outro representante de Secretaria diz que vai atender 400 produtores e manter 800 hortas, significa atender 100 hortas por ano. É pífio numa megalópole como São Paulo. Então nós precisamos também ser ousados, criar respostas coerentes aos desafios que estamos sofrendo.

Finalizando, outro tema fundamental é ter a participação da sociedade civil. Nessas ações que foram apresentadas pelas pastas, não consideraram o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A Cidade não instalou um Comitê de Crise para discutir as políticas alimentares de forma coordenada, e isso é urgente. Não se consultou o Conselho do Desenvolvimento Rural e Sustentável.

Nós precisamos ter uma mesa de convergências, de análise da situação, para ter respostas mais coerentes para esse período que estamos vivendo. Precisamos de crédito, dar condições às pessoas empreenderem, dar condições para os empresários não falirem e garantir os programas de transferência de renda, de forma autônoma, aos indivíduos; e não o

que estamos vendo agora, inclusive no Governo do Estado: uma resposta de mais austeridade fiscal, como se isso fosse dar uma resposta efetiva ao problema de renda. Mas não é, isso é apenas mais uma forma de tirar a população do acesso aos direitos, aos benefícios sociais.

Por último, é muito importante garantir que o instituto do Legislativo, ouvindo Defensoria Pública, ouvindo o Ministério Público, ouvindo as escolas de Governo, possa ter um curso para os gestores, para conselheiros e conselheiras, sobre como enfrentar a fome com garantia de direitos e com participação social. Só assim, nós vamos garantir e ter condições de políticas estruturantes que superem as atividades fiscais, que superem o esvaziamento do Estado e que possamos colocar essa resposta da fome na perspectiva do direito humano à alimentação.

O Relator Especial da ONU para o direito humano à alimentação, o Sr. Michael Fatkhri, mostrou que o Estado brasileiro tem dado respostas caritativas, quando a gente precisa de políticas públicas.

Nesse sentido, é fundamental a Comissão pedir dados para o Tribunal de Contas do Município de onde estão sendo gastos os recursos públicos, se para políticas públicas ou ações caritativas; e, da mesma forma, oficial o Relator Especial da ONU do direito humano à alimentação sobre as possíveis irregularidades na resposta à Covid na cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos pelas suas ricas contribuições.

Tem a palavra a Sra. Susana Inês Basualdo, participante do Fórum de Mulheres da Zona Oeste São Paulo.

A SRA. SUSANA INÊS BASUALDO – Boa tarde. Sou Conselheira Alimentar no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e quero complementar o que a Sra. Vera e o Sr. André falaram sobre a participação popular.

O representante da Secretaria de Desenvolvimento mencionou como uma das ações os dois planos que existem: o Plano de Segurança Alimentar e o Plano de

Desenvolvimento Rural. Ter plano não garante nada.

Na política de segurança alimentar, existe a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar, que é para a articulação dos representantes do Poder Público para as ações. Então o que o Sr. André falou da existência de um plano conjunto, um plano claro, não garante que ele aconteça porque as ações também parecem não ser coordenadas e os conselhos deveriam participar.

A Sra. Vera deixou claro que, em março do ano passado, nós solicitamos a criação de um Comitê de Crise Municipal, e participação da sociedade civil não tem que ser por meio de edital, mas pelos órgãos já legitimamente criados, a partir da nossa Constituição de 88, que nos garante transparência, participação e construção das políticas públicas.

É responsabilidade do Poder Público dar uma resposta sobre esse Comitê. E solidariedade não é ação de poder público, a população é solidária. Há muitas ações da comunidade entregando marmitas, entregando cestas, cotizando. Mas não é isso, tem de haver política pública, e não solidariedade.

Então, o que está no plano de segurança alimentar, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, que já estão há muito tempo; e o desenvolvimento da agricultura, estão há muito tempo nos planos, mas as políticas são feitas independentemente dos planos, das conferências municipais dessa participação.

Editais para cobrir emergência, fizeram vários. Só que eles não foram representativos dos territórios de vulnerabilidade, ou seja, eles não coincidem com a realidade, não chegam nem a ser uma franja para cobrir o corpo inteiro.

Outra coisa, quando se falou “Ah, a minha organização tem que me inscrever para receber cestas”. As exigências com relação aos editais deixam de fora a maioria das organizações sociais que estão batalhando pela minimização da fome. Então, existe um marco regulatório? Sim, existem regulamentos para criar editais. Mas existe também a transparência nesse marco regulatório que não estou vendo nos editais; existe também a necessidade de conhecer os pontos de vulnerabilidades, chegar até eles e delegar para uma organização que

passou para um edital.

Distribuir cestas, distribuir alimentos, é lavar as mãos no sentido de onde isso vai chegar e o que vai cobrir, de fato.

Então, esse plano é essencial, a necessidade de retomar, de fortalecer e de garantir o funcionamento da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar, criar uma Comissão de Crise, de fato, mas que não fique na crise porque restaurante popular e marmitta só agravou, porque a política pública já estava prevista em várias conferências e não foi efetivada. Não basta fazer ações emergenciais apenas, não basta contar com solidariedade apenas, nem dar carta branca para as organizações que foram aprovadas no edital de que não participamos de forma efetiva, enquanto sociedade civil, para discutir essas características.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos as suas pontuações muito importantes. E é uma pena que quem precisava ouvir já precisou se ausentar, como sempre. Sigamos.

Tem a palavra a Sra. Leticia Machado, participante de Comusan. (Pausa) Não está presente. Sr. Elvis Justino de Souza, participante de Rede Periférica Família Stronger.

O SR. ELVIS JUSTINO DE SOUZA – Bom dia a todos e a todas. Sou da Família Stronger, também sou Conselheiro do Condepe – Conselho Estadual do Direito da Pessoa Humana.

Agradeço muito a Vereadora Erika Hilton por estar fazendo essa audiência pública. Muito obrigado mais ou menos. Essa audiência para falar sobre a fome se faz necessária. Infelizmente, eu não pensava que eu, com 34 anos de idade, iria ver de novo cenas na periferia de São Paulo de pessoas revirando lata de lixo, indo ao mercado, brigando com os seguranças, para revirar lixo. Ir à beira do córrego para pegar rato para comer, como eu vejo muitas vezes aqui, porque a mistura está cara. Eu não imaginava que eu iria ver essas cenas de novo aqui na maior cidade do país, que é São Paulo.

E eu gostaria de fazer um apontamento: que nas próximas audiências que falassem

sobre a fome, lembrassem principalmente da comunidade LGBT. Não tivemos convidados que falassem sobre essa questão dos LGBTs. E por que eu estou falando dessa questão? Porque foi uma população muito atingida. A parte LGB que trabalha na parte do público de cultura, eventos, bares, restaurantes e boates foi totalmente atingida. Eu trabalho nessa área, por isso que eu estou falando. Já vai fazer dois anos que nós estamos parados, sem receber nada. Esse auxílio emergencial não dá para nada. Não dá para nada. Não paga o gás, não paga aluguel, não paga comida, não paga nada. Nós estamos desesperados. Tem pessoa se matando por conta disso. Então há essa necessidade de se falar dessa comunidade.

E, agora, especificamente, a comunidade T. Como o tempo é curto, eu gostaria de falar da comunidade T.

Perdemos duas pessoas da comunidade T, que é Amanda Mafre e Valeriah.

— Duas pessoas trans que entregavam cestas básicas para pessoas trans que estão na prostituição, trabalhadores sexuais. Essas pessoas eram praticamente as únicas que entregavam para essas mulheres trans e travestis que estão na periferia de São Paulo. Eu fazia entrega aqui na Zona Sul – voltei a fazer entrega agora –, e essas meninas entregavam na Zona Norte e Zona Leste de São Paulo. E faleceram entregando cesta básica. Eu estou falando de duas pessoas da população T que morreu entregando cesta básica para outro segmento da população que é invisível, que é dos trabalhadores do sexo, e, principalmente, a população T. Então há essa necessidade de se ter uma pessoa para se falar disso. Há uma urgência disso. Eu peço às ONGs que tenham um olhar específico para essa população, porque essas meninas estão morrendo de fome, porque elas não conseguem mais trabalhar, elas não conseguem mais cliente. E aí tem as cafetinas que ainda exploram mais ainda essas pessoas que estão em estado de vulnerabilidade. Então eu estou aqui para rogar justamente por essa população LGBT que tem sido invisibilizada.

E venho pedir também, como indicação ao Poder Público – não sei se já existe esse comitê ou não –, para que se abra um comitê, principalmente na Coordenação de Políticas Públicas, para que as ONGs e coletivos que estão tratando dessa parte de cesta

básica sejam também escutados, porque não estamos sendo escutados, não tem para quem correremos. Está difícil. Está muito difícil. O Prefeito desapareceu. Os órgãos do Executivo não nos escuta, porque a maior parte de nós não tem CNPJ – só escuta o CNPJ, o CPF está largado. E aí como é que faz? Então é por isso que eu estou aqui para falar por essa população.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Elvis, pelas suas contribuições.

Realmente o cenário para a população trans é dramática. E também quero me solidarizar com os artistas, com as pessoas que trabalham com grande público, pessoal da noite, que será o último setor a voltar a funcionar. E nós temos acompanhado de perto o drama dessas pessoas diante do desemprego, da falta de renda e de alimentação. É muito crítica, preocupante, a situação que nós estamos enfrentando na cidade de São Paulo, e, no Brasil como um todo, tendo um genocida na Presidência da República.

A próxima convidada é a Sara Izabel da Silva, participante da Associação Beneficente, Cultura e Educativa das Associações. (Pausa)

Tem a palavra Fernanda Suemi, participante de Autonomia da ZN. (Pausa)

Tem a palavra Maria do Carmo Guido, participante do Coletivo pelos Direitos da Pessoa Idosa.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO DI LASCIO – Olá, Erika Hilton.

Obrigada por esta aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Seja muito bem-vinda.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO DI LASCIO – Apesar de jovem, você é nossa aliada, porque tem formação em gerontologia, não é. Nobre Vereador Suplicy, nosso companheiro e militante tradicional.

Eu vou ser bem rápida, porque, puxa, já está rolando há muito tempo.

Eu vou falar sobre uma violação grave dos direitos humanos que ocorreu logo no

começo do ano, que foi o veto ao transporte gratuito dos idosos de 60 a 64. Por que essa violação – sobre a qual o Vereador Suplicy está nos ajudando, e outros Vereadores também – redundou na insegurança alimentar e até na fome, porque essa lei, essa medida do Executivo, retirou renda de uma população que já não tinha renda. Então essa população, com 851 mil pessoas na cidade de São Paulo, 40% delas são trabalhadoras, e do precariado, e atualmente não vão poder nem trabalhar. Então grande parte dessa população, por causa da retirada desse direito, dessa violação dos direitos humanos, está sem renda, está passando fome. Vamos ser bem simples.

Uma outra questão superimportante em relação à população idosa é que os poucos equipamentos sociais que cuidam da pessoa idosa na cidade de São Paulo... E olha que a cidade de São Paulo, atualmente, tem 1 milhão e 900 mil pessoas idosas. É claro que são muitas não precisam de assistente social. Mas a grande maioria das pessoas está em situação de vulnerabilidade, de insegurança alimentar, abaixo da linha da pobreza. Então as poucas instituições de assistência do idoso, logo com a pandemia, e é justificável, tiveram que encerrar as atividades presenciais. O que aconteceu com os poucos idosos que eram atendidos ali? Ali eles tinham refeição, ali eles tinham medicação. Eles tinham até banho, lavagem de roupa, etc. Perderam tudo isso. Então a pandemia foi cruel com a população idosa de várias maneiras. Primeiro que fomos o grupo responsável por 80% dos óbitos. Hoje, não, hoje está tudo democrático, morre todo mundo. Mas os idosos estão muito vulnerabilizados. Essas pessoas que recebiam assistência nas instituições... tem gente passando fome, porque tem idoso que mora sozinho e tem dificuldade de mobilidade. Então nós temos relatos de que só come quando alguém vai lá e leva comida. Então é uma população vulnerável e que precisa de muita assistência.

Viu, Erika, Suplicy e representantes da SMADS etc., no nosso grupo, já recebemos o plano de metas, e estamos trabalhando nele para ver se nós conseguimos mitigar um pouco a precariedade e a vulnerabilidade de grande parte da população idosa do município.

Pronto, eu dei o meu recado. Eu não quero me estender muito. Temos muita coisa

para falar.

Mas obrigada, Erika, conduzindo muito bem essa audiência. Suplicy, companheiro, muito obrigada. E um abraço para todo mundo.

A SRA. MARIA BETÂNIA FERREIRA MENDONÇA – Erika, eu não consigo me inscrever, mas eu gostaria de usar a palavra, se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Ainda tem alguns nomes. A senhora não está inscrita nessa lista?

A SRA. MARIA BETÂNIA FERREIRA MENDONÇA – Eu não consegui me inscrever.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Então eu vou terminar. E aí, se houver tempo, eu passo a palavra para a senhora, tá bom?

A SRA. LARISSA – Erika, a Betânia é de Paraisópolis. Ela tinha indicado o padre Luciano para falar pela região, e ele não pôde estar, então é por isso que ela está aqui conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – A Maria Betânia?

A SRA. LARISSA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Passo a palavra, então, para a Maria Bethânia, e depois eu volto para a lista.

A SRA. MARIA BETÂNIA FERREIRA MENDONÇA – Bom, primeiro parabenizar a todos pelo uso da palavra. Foram felizes nas suas colocações. Agradecer ao nobre Vereador e sempre Senador Suplicy pelo convite.

Muitas palavras realmente vão ao encontro da nossa necessidade. Mas eu queria reforçar a questão do Bom Prato.

Aqui na comunidade nós tínhamos um Bom Prato que atendia realmente a comunidade. Porque aqui, na Favela de Paraisópolis, nós temos três classes sociais: o pobre, o miserável e o além do miserável – que o rico, na verdade, está longe do nosso alcance. E a situação aqui é caótica mesmo. A questão da fome bate na porta.

A gente fala de cesta básica. Até a gente corre atrás. O (ininteligível) está fornecendo algumas, a Cufa também. Mas vem o problema de onde cozinhar e como cozinhar, porque o auxílio emergencial mal dá para comprar um botijão de gás a quase 100 reais. Então o ideal, realmente, era as pessoas terem o alimento pronto para suprir a fome imediata, porque a fome não espera. E nós vivemos uma situação realmente muito gritante aqui na comunidade. É muita gente idosa. Como já foi contemplada a questão do idoso: eles não conseguem sair de casa nem para pegar um remédio, muito menos para buscar uma cesta básica, onde quer que estejam doando. Então se essa cesta não chega na casa dele, na porta dele, e às vezes não tem quem cozinhe para ele, também é uma situação... A gente fala da pandemia, mas é uma situação que já vem rolando há alguns anos com esse governo que está aí que nada faz pelo povo. Infelizmente, nós só vemos a classe oprimida sendo muito mais oprimida ainda. Então, como sanar essa situação, pelo menos amenizar a dor daquele que hoje não teve o café da manhã.

O nosso Bom Prato, que tinha esse atendimento, fechou para reforma o ano passado. E o governo não dá nenhuma posição. Ajudava bastante as pessoas. Quem não podia ir buscar, um outro ia lá e pegava, levava na casa.

E hoje não temos isso. Então, é uma situação gritante. Temos que buscar doações de cestas, quem puder ajudar, e a gente, às vezes, tira do próprio bolso para comprar um gás para aquele que precisa mais do que a gente, a situação é essa. Que perspectiva temos para mudar essa situação na nossa São Paulo?

Ainda tem outro problema que está agravando muito as famílias, que é a questão das dívidas que têm como Eletropaulo, Sabesp. A Sabesp agora, ela não pode cortar, não pode. Mas a Enel é uma empresa que está matando, tirando da boca do miserável porque ou você paga ou você não tem luz. Eles não cortam, mas também não perdoam a dívida. Então, a dívida vai acumulando. Temos gente aqui da comunidade que está devendo dois mil reais de luz. Quer dizer, quando voltar a ter corte muita gente vai ficar no escuro. Quer dizer, você não tem o que comer, não tem o que beber, mas tem que lavar a mão, tem que tomar banho e não

tem luz.

A situação gradativamente está cada vez mais caótica na periferia. Quem ajudou na primeira etapa, às vezes, hoje, não tem mais condição de estar ajudando porque também está desempregado. Quem tinha um empreguinho e ganhava salário-mínimo, hoje está desempregado. A gente tem um comércio local que atende a comunidade, mas se você não vende não consegue ter um empregado. Como você vai empregar e vai vender para quem? Aí termina demitindo as pessoas, que é mais um na fila da fome. Então é essa a situação.

Sinto-me contemplada com a palavra de muitos companheiros que aqui falaram, parabênzo todo grupo e que a luta continue!

Obrigada!

A SR. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Maria Betânia. A luta irá continuar sim, com certeza. Reitero aqui o meu compromisso, a minha aliança, sou aliada de primeira ordem na pauta da luta pelos direitos da população idosa. E já que a Maria falou que vocês estão discutindo o Programa de Metas, também convido para a nossa audiência sobre a participação popular no programa, na próxima quinta-feira, às 15h. Muitíssimo obrigada às duas marias que falaram pelo coletivo do direito das pessoas idosas.

A SRA. MARIA BETÂNIA FERREIRA MENDONÇA – Estou até com o companheiro Bruno que tem um projeto, juntos estamos nessa caminhada. O Padre Luciano, deve ter acontecido alguma coisa por ele não se fazer presente, mas a gente está sempre trocando figurinha para amenizar a dor daqueles que sofrem mais do que a gente.

Obrigada, gente.

A SR. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Podemos falar em outra oportunidade, fora daqui, Maria Betânia? Por favor, quero muito poder falar com a senhora.

Vereador Eduardo Suplicy, tem a palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Brevemente, prezada Presidente Érika Hilton. Maria Betânia é uma pessoa que conheço desde quando ela era Presidente da Associação dos Moradores de Paraisópolis. Em 87 fiz uma longa entrevista com ela, ela faz

parte de um livro meu, desde então temos interagido. Ainda ontem, ela me ligou, eu a convidei para estar aqui, felizmente veio e trouxe um depoimento muito significativo, importante sobre a dificuldade das pessoas em Paraisópolis.

Há pouco tivemos a sugestão de que possamos formar na Comissão de Direitos Humanos um comitê de crise para analisar continuamente a segurança alimentar. Queria deixar aqui essa proposta feita para que a consideremos. Quem sabe, na nossa próxima reunião, possamos dialogar a respeito de como seria um comitê de crise que, digamos, pudesse se reunir periodicamente para analisar a evolução do tema sobre o qual hoje estamos analisando.

Essa é a sugestão que deixo aqui a nossa Presidente Erika Hilton, por favor.

A SR. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Sem sombra de dúvida, Vereador, iremos discutir na pauta da nossa próxima reunião. Então, já peço ao senhor que faça uma ponte entre mim e a Dona Maria Betânia, para que eu possa chamá-la de amiga, muito em breve.

Dando continuidade a nossa audiência, quero convidar Edson Dias, participante da Solidariedade Nossa Senhora de Fátima. (Pausa) Não está presente.

Tem a palavra a Sra. Olga Luisa, participante de GARMIC. Seja muito bem-vinda, a palavra é sua.

A SRA. OLGA LUISA LEON DE QUIROGA – Boa tarde a todas e a todos. Estou presente, obrigada por me dar oportunidade.

Eu coordeno o Grupo de Articulação para Moradia do Idoso da Capital. A situação que estou escutando é a que estou vivendo. Eu moro na periferia de São Paulo, trabalho com idoso em toda a cidade de São Paulo. Está cada vez pior a dificuldade do idoso.

O que mais dificulta a vida do idoso é a falta de habitação. Não ter habitação para idoso, uma vila para idoso é muito pouco, há o Palacete do Artista também, que é pouca coisa para população de 1,8 milhão de idosos. E hoje em dia, a maioria está com dificuldade de alimentação porque vivem em cortiço, pagam aluguel; moram em favela, pagam aluguel; onde quer que morem, têm que pagar aluguel. E um salário-mínimo é difícil para sustentar um idoso

que paga 700, 800 reais de aluguel, tem momento que não pode comprar remédio, tem momento que se vê desesperado porque aonde estão morando não têm privacidade. E quando consegue algum alimento, precisa dividir com os outros porque falam assim: eu sinto fome, imagina a criança como que fica...

Então, eu acho que, neste momento, é muito bom a Erika e o Sr. Suplicy fazerem parte desta Comissão. Estou achando que vocês vão nos dar uma grande oportunidade de a gente poder ajudar e beneficiar todas aquelas pessoas que realmente estão precisando, hoje, da nossa ajuda. Porque hoje em dia a gente tem que se tornar mais solidário, realmente fazer o nosso papel de ser humano. Se nós defendemos os direitos humanos, devemos mostrar que realmente, em toda circunstância, nós precisamos cooperar, ajudar.

Eu agradeço a oportunidade e continuarei presente, ajudando. Eu acredito que a gente tem que participar do Programa de Metas porque a cidade de São Paulo, segundo o Prefeito, é a Cidade Amiga do Idoso. É uma Cidade Amiga do Idoso que não tem banheiro público para o idoso. É uma vergonha. A gente tem que ir para esse Plano de Metas e discutir e saber o que vão apresentar para a nossa Cidade, para a Cidade Amiga do Idoso.

Muito obrigada e parabéns a todos vocês que estão participando.

A SR. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos as suas contribuições, Dona Olga, muitíssimo obrigada. É realmente assustador ouvir que São Paulo é a Cidade Amiga do Idoso e os idosos serem tratados da forma como têm sido pela atual Gestão. Enfim, é lamentável, lamentável.

Tem a palavra Suzana, Prizendt participante do MUDA. (Pausa)

Tem a palavra Julio Cezar de Andrade, participante do mandato coletivo Quilombo Periférico, seja bem-vindo.

O SR. JULIO CEZAR DE ANDRADE – Obrigado, Erika. Parabéns pela audiência, parabéns aos que estão aqui. O mandato coletivo Quilombo Periférico é por uma São Paulo sem racismo.

Venho aqui, em primeiro lugar, fortalecer a luta em defesa de uma seguridade

social e alimentar para a população do município de São Paulo. Deixar um registro de que a fome impacta diretamente a população preta, pobre e periférica. E neste momento, além das ações de solidariedade, como a campanha da Coalizão Negra por Direitos – Tem Gente com Fome, nós precisamos cobrar do Estado o seu papel. E cobrar a Prefeitura Municipal de São Paulo, pena que a Secretaria Municipal de Assistência Social não está, dizer que só o benefício eventual de cesta-básica não garante alimentação à população, a população precisa comer outros alimentos. Precisamos resistir, ir ao debate quanto ao aumento do benefício emergencial aprovado pela Câmara. Sabemos que 100 reais não garante o sustento das famílias. Precisamos resistir, lutar em conjunto com os movimentos sociais em defesa da ampliação do auxílio emergencial nacional.

Nós continuamos a resistir, a lutar contra o racismo estrutural institucional, que vem afetando de forma concreta e objetiva a desigualdade social e econômica, os corpos da população preta. E a população preta, em sua maioria, é chefiada por mulheres pretas nas periferias da cidade de São Paulo.

Que o município de São Paulo dê uma resposta quanto ao processo de contratação das trabalhadoras e dos trabalhadores da SMADS, do concurso, que todos e todas sejam incorporados. Que tenham condições de dar atendimento à população nesse período de pandemia, que a portaria 05 - anunciada pela SMADS em 2021 - possa, além de permitir que o serviço da proteção básica, que está em processo de fechamento por conta da pandemia, forneça além de alimentos - cesta-básica e higiene - uma proteína, uma vez que a proteína deve ser um dos itens garantidos para alimentação da população.

Sigamos com a luta em defesa dos Direitos Humanos, em defesa de uma política municipal de segurança alimentar de qualidade, que os alimentos cheguem a todos, a todas e que priorizem o público prioritário com política de assistência para as mulheres pretas, à população preta, à população LGBTQIA+, que vem resistindo e sofrendo o impacto dessa insegurança alimentar proposta por um Governo que é, sim, genocida.

Sigamos na luta contra o racismo, em defesa dos direitos, em defesa da seguridade

social, em defesa de uma política de Estado que atenda aos interesses da classe trabalhadora como um todo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Julio Cezar, representando o mandato coletivo Quilombo Periférico.

A nossa próxima convidada é Rosangela de Oliveira Melo, participante de Associação do Bem Estar Social da Zona Norte. (Pausa) Natália Pressuto Pennachioni, participante do mandato da Vereadora Luana Alves. (Pausa) Margarida Bernardina dos Santos Ramos, participante da Unicab e do Fórum dos Ambulantes. (Pausa) Uma pena que não esteja presente. Guilherme Fernandes Neto, participante de Associação Popular Mokito Okada. (Pausa) Marcia Fonseca Simões, participante do Conselho de Alimentação Escolar da cidade de São Paulo. (Pausa) Clarice Dias Silveira, participante da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. (Pausa) Maria Angélica Oliveira, participante de Associação PIDS. (Pausa)

A SRA. MARCIA FONSECA SIMÕES – Desculpe, Vereadora. Perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Quem é?

A SRA. MARCIA FONSECA SIMÕES – É a Marcia, eu me atralhei para abrir o microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Imagina, esse remoto é uma loucura. Vamos lá, faça uso da palavra. Muito obrigada.

A SRA. MARCIA FONSECA SIMÕES – Boa tarde a todas e todos. Sou Marcia Fonseca Simões, membro do Conselho de Alimentação Escolar da cidade de São Paulo; dirigente do Sinesp, Sindicato dos Especialistas de São Paulo; educadora freireana. Agradeço imensamente esse espaço que nos foi dado para poder discutir um tema tão caro, que é da fome.

Quero, neste momento, colocar exatamente o Conselho de Alimentação Escolar como parceiro nessa luta para que a gente garanta o direito constitucional de todos, não só aos

alunos da rede municipal, mas todos nós, seres humanos a termos alimentação. Lembrando que não basta nos alimentarmos. A alimentação é um processo humano que envolve desde a comensalidade, o prazer de sentar-se à mesa para comer junto, mas também o fato de nos alimentar de coisas boas, de alimentos verdadeiramente importantes para o nosso crescimento.

Não me alongando, porque muitos que me antecederam já falaram sobre esse assunto, a gente não vive sem uma boa alimentação e a gente não aprende e não estuda se não tiver uma boa alimentação.

Essa era a fala que queria trazer em nome do Conselho de Alimentação Escolar da cidade de São Paulo. Fiquei muito feliz, vibrei muito em saber que vamos ter também um Comitê de Crise para debater esse tema tão caro, que é o combate à fome.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós é que agradecemos a sua participação e contribuições. Vamos continuar com a lista de inscritos. Clarice Dias Silveira não se encontra mesmo. Maria Angélica Oliveira, participante de Associação PIDS. (Pausa) Leonardo Xavier Dornelas, da Unicamp. (Pausa)

Rita Helena Bueno Pinheiro, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutrição.

A SRA. RITA HELENA BUENO PINHEIRO – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Boa tarde, Rita. Seja bem-vinda.

A SRA. RITA HELENA BUENO PINHEIRO – A minha fala foi totalmente contemplada por todos que me antecederam. Apenas queria agradecer por este momento especial, que é esta audiência.

Que tudo que foi dito aqui possa, de fato, se transformar em realidade. É o que mais todo mundo deseja. Essa é uma luta conjunta para que a gente possa realmente atender o que a pandemia acabou expondo na cidade de São Paulo, que já existia. Só houve uma piora, uma grande piora e uma exposição maior. Eu acho que essa exposição tem que chegar

aos olhares dos gestores públicos, porque a população tem voz, a população tem ação. Ela faz aquilo que às vezes nem tem condição de fazer.

Só queria agradecer em nome do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e parabenizar todos pela fala, pelo grito.

É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Rita.

Vânia Luzia Cabrera, participante do Comusan. (Pausa) Não se encontra.

Estão encerradas as inscrições.

Quero agora dizer, não como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mas como mulher negra, transexual que viveu nas ruas da cidade de São Paulo e que conhece de perto, viveu na pele, a fome, a extrema pobreza. Realmente esta audiência e os relatos são de profunda dor, de profunda tristeza e nos deixam com um nó na garganta, tentando entender como o Poder Público pode não se sensibilizar, não buscar respostas, planejamento e atuar conjuntamente com entes da sociedade civil, que não têm medido esforços para combater a fome, que tem assolado o lar de milhares de paulistanos e brasileiros.

Quero agradecer profundamente a participação de todos que passaram por aqui e que mostraram que a revolução e a transformação acontecerão das bases, acontecerá com a junção de nós, que não cansamos de batalhar pelos direitos humanos; de nós, que não aceitamos a fome, a pobreza e a miséria; de nós, que não nos conformamos com as respostas dadas pelas secretarias, como se fosse uma prestação de contas. Nós queremos respostas que dialoguem com aquilo que está sendo dito pelas bases, nós queremos respostas que dialoguem com a necessidade dos movimentos sociais e dos munícipes da cidade de São Paulo. É a isso que esta audiência se propõe, é isso que estamos falando e são essas respostas que estamos buscando da Prefeitura e de suas secretarias.

A fome não pode esperar, a fome não precisa de respostas prontas, a fome precisa de planejamento e de articulação conjunta com esses que estão atuando dia e noite no enfrentamento desses que são relatos tristíssimos.

Eu me pergunto como podem deitar os secretários, como pode deitar o Prefeito sabendo dessa realidade, sabendo como vivem as nossas periferias, como tem vivido os nossos idosos, como tem vivido as nossas crianças, como tem vivido as mulheres, mães dessas crianças da cidade de São Paulo que não podem colocar o pão, o leite, o arroz e feijão nas suas mesas para dar o que comer as suas famílias.

Realmente é revoltante, entristecedor, me atravessa como uma pessoa que conhece essa realidade muito de perto de forma dilaceradora, mas não estamos aqui para nos curvar diante disso. Nós estamos aqui para seguir na luta, nós estamos aqui para buscar respostas. Eu coloco a Comissão de Direitos Humanos à disposição cem por cento de tudo o que foi dito aqui, para que possamos construir o Comitê da Crise, para que possamos buscar respostas, e convido todos que falaram nesta audiência e os que não falaram que busquem esta comissão, que nos procurem porque só coletivamente nós vamos conseguir fazer o enfrentamento a este cenário de morte, seja pela pandemia ou seja pela fome.

As pessoas não têm que escolher entre morrer de fome ou morrer pelo vírus. E temos visto que as autoridades do nosso país, que deveriam dar respostas, têm se omitido ou têm vindo com respostas prontas dizendo: “Olha o que nós estamos fazendo. Olha o que nós fizemos.” Mas não têm dado as respostas necessárias ao cenário de fome, que foi apresentado muito bem aqui pelos nossos convidados.

Esse foi o desabafo de alguém que se atravessa muito e um compromisso firmado com todos que participaram desta audiência pública para que possamos ir buscando respostas, cobrando a Prefeitura e mostrando que nós não cansaremos de brigar, lutar e batalhar até que haja comida, até que haja dignidade na casa e na mesa de todos os cidadãos brasileiros e paulistanos.

Vereador Eduardo Suplicy, estamos encerrando a audiência pública, V. Exa. gostaria de fazer uso da palavra para considerações finais?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Meus cumprimentos, Vereadora Erika Hilton. Estou inteiramente em consonância com seu pensamento e de como fazemos da

Comissão de Direitos Humanos um lugar que sempre estará aberto para que pessoas como as que estiveram hoje possam trazer os seus depoimentos. Na Comissão de Educação, Cultura e Esportes existe o Comitê de Crise sobre a educação que se reúne periodicamente, além da reunião da própria comissão.

Quem sabe, mas podemos decidir na próxima reunião e levando em conta as sugestões aqui formuladas, possamos ter um Comitê de Crise que possa fazer reuniões, pelo menos mensais, a respeito da evolução da segurança alimentar na cidade de São Paulo. Esta é uma audiência que começou às 10h, já estamos a 3h11...

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Três horas e cinquenta minutos, Vereador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – É? Puxa vida. A que horas começamos?

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Começamos às dez.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Agora são 13 e...

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – São 13h11.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Então, estamos a 3h11.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Isso.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Acho que o marcador está errado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – É que o marcador, aqui em cima, está marcando 13h53.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Mas são 13h12. Bom, foi muito longa, proveitosa e riquíssima a nossa audiência. Meus cumprimentos à prezada Presidente Erika Hilton. Vamos continuar a nossa colaboração mútua pelos direitos à cidadania de todos os paulistanos.

Parabéns. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – É isso, Vereador.

Sendo assim, agradeço demais a participação de todos que ficaram conosco até agora. Reitero o nosso compromisso no enfrentamento a esses desafios que a pandemia não

trouxe, mas visibilizou. Eles já existiam muito antes dela, só que agora está de forma escrachada. Reitero que a Comissão de Direitos Humanos é do povo, é a casa das pessoas, então, que vocês saibam que existe um espaço para que possamos atuar coletivamente.

Dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada. Ótima tarde a todos, um excelente fim de semana.

Contem conosco na luta do enfrentamento à fome e na defesa dos direitos humanos.

Tenham uma ótima tarde.
